

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
TRABALHO DE DIPLOMAÇÃO**

**RAFAEL DOS SANTOS GUTTERRES**

**COMÉRCIO BILATERAL ENTRE BRASIL/EUA NO PERÍODO DE  
1996 A 2009: UM ESTUDO CEPALINO**

**Porto Alegre, 2010**

**RAFAEL DOS SANTOS GUTTERRES**

**COMÉRCIO BILATERAL ENTRE BRASIL/EUA PÓS  
PLANO REAL (1996 a 2009): UM ESTUDO CEPALINO**

**Monografia apresentada como exigência  
para obtenção do título de Bacharel em  
Ciências Econômicas.**

**Orientador: Prof. Dr. Julio César de Oliveira**

**Porto Alegre, 2010**

## **Agradecimentos**

Inicialmente, gostaria de agradecer o apoio, paciência e confiança depositadas em mim pelos meus familiares, amigos e colegas que sempre estiveram ao meu lado nos vários rumos que minha vida tem tomado.

Em seguida gostaria de demonstrar minha gratidão à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em especial aos funcionários, professores e colegas por me acolherem de “braços abertos” desde meu primeiro dia nesta universidade.

Além disso, também gostaria de agradecer aos meus colegas de trabalho e meus chefes, que entenderam e me ajudaram na difícil missão de conciliar os estudos e o trabalho em uma universidade tão respeitada quanto a UFRGS.

Por fim, agradeço ao meu orientador o professor doutor Julio César de Oliveira pela gratidão, paciência, ajuda e orientação nesta monografia; aos professores convidados para a banca de avaliação; e aos colegas que me ajudaram em momentos de muita dificuldade durante o árduo curso.

## **RESUMO**

Assunto de grande debate entre representantes de diferentes áreas acadêmicas, o desenvolvimento econômico é muito discutido entre várias correntes de pensadores da área. O presente trabalho esboça uma evolução do desenvolvimento entre os clássicos até chegar ao pensamento cepalino, principalmente de Prebisch, além de avaliar a evolução do comércio exterior brasileiro a partir da década de 1970 até 2009. O estudo presente pretende também analisar o comércio bilateral entre o Brasil e os Estados Unidos, através de uma abordagem Cepalina.

## **ABSTRACT**

Subject of great debate among representatives of different academic areas, economic development is much discussed among various schools of thinkers in the area. This paper outlines an evolution of development among the classics until you get to thinking ECLAC, especially Prebisch, and to evaluate the evolution of Brazilian foreign trade from the 1970s until 2009. The present study also aims to analyze bilateral trade between Brazil and the United States, through an approach ECLAC.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>9</b>
1.1. Origens Teóricas.....	9
1.2. Teoria das Vantagens Comparativas .....	10
1.3. Teoria Neoclássica de Comércio Internacional.....	11
1.4. Teoria de base – Deterioração dos termos de troca entre centro e periferia....	13
<b>2. IMPORTAÇÕES BRASIL/EUA .....</b>	<b>19</b>
2.1. As importações brasileiras nos anos 70 e 80.....	19
2.2. As importações brasileiras nos anos 90.....	21
2.2. As importações brasileiras com os Estados Unidos entre 1996 a 2009.....	22
<b>3. EXPORTAÇÕES BRASIL/EUA .....</b>	<b>31</b>
3.1. As exportações brasileiras nos anos 70 e 80.....	31
3.2. As exportações brasileiras nos anos 90 .....	33
3.3. As exportações brasileiras com os Estados Unidos entre 1996 a 2009.....	36
3.4. Relação da teoria da deterioração de Prebisch com os dados pesquisados no período 1996/2009.....	44
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>49</b>
<b>ANEXO ESTATÍSTICO.....</b>	<b>51</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>53</b>

## INTRODUÇÃO

Os trabalhos da Cepal foram fundamentais para a economia da América Latina durante as décadas de 1950 e 60. Desses estudos saíram vários trabalhos, que serviram de parâmetro para a base da política econômica de muitos países da América Latina. O tema da industrialização através da substituição de importações em função da retratação dos termos de intercâmbio entre os países centrais e os periféricos tem um papel de suma importância na Ciência Econômica, sendo ensinado e amplamente pesquisado nos mais diversos centros acadêmicos mundiais.

O trabalho de Prebisch foi visto com bons olhos por todos os países da América Latina e recebido com voracidade por seus colegas cepalinos. Ademais, o tema deterioração dos termos de troca foi pesquisado e desenvolvido por muitos economistas desde a sua introdução pelo economista argentino.

O estudo proposto tem por objetivo fazer uma análise do comércio bilateral entre Brasil e EUA, no período de 1996 a 2009, sob uma ótica Cepalina. Esse estudo não tem a pretensão de ser uma *proxi* da análise apresentada por Prebisch para defender sua tese, mas sim utilizar parâmetros atuais das relações de troca entre o país central (Estados Unidos) e o país periférico (Brasil), para fazer uma análise do comércio bilateral entre os dois. Para chegar a uma conclusão dos dados analisados utiliza-se a razão entre a média aritmética simples dos preços unitários dos vinte primeiros produtos da pauta de exportações e importações na relação comercial entre Brasil e os EUA.

Os Estados Unidos foi considerado o país central neste trabalho, por ter sido o principal parceiro comercial brasileiro, durante o período apresentado. A partir do ano de 2009, a China assumiu o posto de maior parceiro comercial do Brasil. O trabalho, porém, foi focado nos Estados Unidos, já que os norte-americanos se mantiveram por mais tempo com tal status. Além disso, com sua base exportadora ao Brasil de produtos basicamente manufaturados, os Estados Unidos serve como melhor exemplo para que seja refeita a teoria de Prebisch, para os dias atuais.

Prebisch foi um dos autores que escreveu sobre a teoria do subdesenvolvimento, onde saíram os principais argumentos em defesa da proteção dos países que apresentam essa condição. Partindo-se da crítica aos pressupostos da teoria neoclássica do comércio internacional de Heckscher-Ohlin, Prebisch parte de três setores para as economias periféricas. Com isso, ele visa mostrar a inadequação dos critérios neoclássicos de colocação de recursos.

Para se alcançar o objetivo proposto no trabalho serão utilizados dados estatísticos, coletados no site da Secretária do Comércio Exterior (Secex – Sistema Alice Web), que informa as exportações e importações brasileiras com os Estados Unidos durante o período de 1996 a 2009. Utilizou-se o período entre 1996 a 2009, em função do sistema Alice Web mostrar uma diferenciação nos padrões de códigos dos produtos a partir de 1996. Com isso, serão analisadas as relações entre os preços dos principais produtos da pauta de exportações brasileiras vendidos aos Estados Unidos, e os preços das importações brasileiras advindas dos Estados Unidos. Diante disso, busca-se um resultado de como foi essa relação durante o período pesquisado.

A monografia está organizada em três capítulos, além desta presente introdução e conclusão. O primeiro capítulo faz uma revisão da literatura sobre a evolução do desenvolvimento econômico sobre a ótica dos autores citados. O capítulo inicia com as origens teóricas do desenvolvimento, apresentando inclusive as origens de subdesenvolvimento econômico. Depois se faz um breve comentário sobre Adam Smith, primeiro economista a surgir com o tema do desenvolvimento econômico, no qual são os fatores reais que determinam o progresso de uma nação. Introduz a teoria Ricardiana das vantagens comparativas. Destaca a teoria neoclássica do comércio internacional, introduzindo o pensamento dos autores Hecksler-Ohlin. Por fim, o trabalho busca mostrar a ideia de Prebisch, uma crítica à teoria das vantagens comparativas de Ricardo e também defendia que existia uma deterioração dos termos de trocar em prol dos países centrais. Neste capítulo, busca-se fundamentar a escolha do tema dentro do contexto teórico.

O segundo capítulo traz uma análise das importações a partir da década de 1970, até os anos 80. Faz-se uma análise de como se comportaram as importações nos períodos dos choques do petróleo e durante os períodos de alta inflação. Além disso, busca-se mostrar a

evolução dos preços e do comportamento das importações durante o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) e o Plano Cruzado. Faz-se uma pequena abordagem sobre o Plano Cruzado e as possíveis razões para ele não ter funcionado por um prazo mais dilatado. Procura-se mostrar os dados da importação brasileira para o período pós-abertura comercial, mostrando uma ênfase para as seguidas quedas nos preços, em função da paridade cambial. Por fim, procura-se apresentar os dados coletados no trabalho, através da Secretária do Comércio Exterior, durante o período 1996 a 2009, dos vinte principais produtos da pauta de importação brasileira com os Estados Unidos.

O terceiro capítulo faz uma abordagem em relação às exportações brasileiras a partir de 1970. O capítulo inicia com uma abordagem das exportações brasileiras nas décadas de 1970 e 1980. Esses anos foram bastante distintos, pois, no começo houve um forte crescimento da economia brasileira, principalmente por parte da indústria, enquanto o final do período foi marcado por um processo de alta inflação, baixo crescimento econômico e grande índice de endividamento. O trabalho introduz uma perspectiva sobre as exportações brasileiras no período, mostrando quais os setores da indústria conseguiram se manter como empresas exportadoras nesse período. Ainda, faz uma análise da posição tomada pelos economistas da escola cepalina em relação às políticas neoliberais do Consenso de Washington, durante o começo dos anos 90. Após, o texto faz uma análise das exportações brasileiras na década de 1990, traçando um comparativo do comportamento das indústrias brasileiras diante da abertura comercial protagonizada pelos presidentes Fernando Collor e Fernando Henrique, no começo dos anos 90. Por fim, faz-se uma análise dos dados obtidos pelo autor, através de pesquisa na Secretária do Comércio Exterior, sobre os produtos exportados pelo Brasil para os Estados Unidos entre 1996 a 2009.



## 1- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 1.1. Origens Teóricas

O comércio internacional já existia antes mesmo da criação de estados nacionais e relações políticas entre os povos. O desenvolvimento econômico, porém, foi um tema que começou a ser discutido com mais vocaridade durante o século XX. Antes disso, não havia nenhuma preocupação com o bem-estar da população, que era dizimada por catástrofes naturais, como pestes e gripes. As maiores preocupações dos governantes concentravam-se nos objetivos econômicos. Durante o período feudal, a base era sustentada na segurança do povo e na subsistência ao senhor. Havia muitas mortes durante as viagens em busca do comércio e também de invasões de outras nações. O Renascimento, a criação dos Estados nacionais modernos e, principalmente, as descobertas marítimas de Portugal e Espanha, ajudaram a criar relações econômicas entre os povos.

A origem do subdesenvolvimento econômico, para alguns autores, encontra-se no pacto colonial, derivado do pensamento mercantilista. A falha do sistema nesse período consistiu em dar uma importância muito grande ao afluxo de metais preciosos, como principal fator da riqueza da nação, deixando de lado a importância que as importações teriam no desenvolvimento interno da nação. O principal objetivo era a maximização dos saldos da balança comercial em prol de um crescimento da região. Dessa forma, eram privilegiadas as importações de produtos manufaturados de outros países, principalmente Inglaterra, em prejuízo de um desenvolvimento interno da produção desses itens. Como reação a esse pensamento, as escolas fisiocratas e clássicas surgiram, com o objetivo de buscarem crescimento econômico e distribuição de renda.

Adam Smith foi o primeiro a emergir com o tema de crescimento econômico: onde sua teoria se baseava que o “desenvolvimento ocorre com o aumento da proporção dos trabalhadores produtivos em relação aos improdutivos; pela redução do desemprego e elevação da renda média do conjunto da população” (Souza, 2009). Para isso ocorrer, eram importantes os ganhos de escala, que se baseavam no aumento do tamanho dos mercados,

para redução dos custos médios com elevação da taxa de lucro. Com a expansão do mercado, aumenta a renda e o nível de emprego da população.

## **1.2. Teoria das Vantagens Comparativas**

O grande entrave do desenvolvimento, segundo Ricardo, estava na agricultura, então incapaz de produzir alimentos baratos para o consumo dos trabalhadores. Diante disso, havia uma elevação no custo de vida dos trabalhadores e elevação nos salários nominais.

Para os clássicos, o trabalho é o único fator de produção que diferenciará a produtividade do país, ou seja, é através do trabalho que será observado qual país possui mais vantagem na fabricação de determinado bem. Através dessa tradição de pensamento econômico clássico, surge a “Teoria das Vantagens Comparativas” de David Ricardo.

Conforme descreveu o autor:

Num sistema comercial perfeitamente livre, cada país naturalmente dedica seu capital e seu trabalho à atividade que lhe seja mais benéfica. Essa busca de vantagem individual está admiravelmente associada ao bem universal do conjunto dos países. Estimulando a dedicação ao trabalho, recompensando a engenhosidade e propiciando o uso mais eficaz das potencialidades proporcionadas pela natureza, distribui-se o trabalho de modo mais eficiente e mais econômico; enquanto pelo aumento geral do volume de produtos difunde-se o benefício de modo geral e une-se a sociedade universal de todas as nações do mundo civilizado por laços comuns de interesse e de intercâmbio. Este é o princípio que determina que o vinho seja produzido na França e em Portugal, que o trigo seja cultivado na América e na Polônia, e que as ferramentas e outros bens sejam manufaturados na Inglaterra (Ricardo, 1982 p. 104).

Esse parágrafo mostra bem a visão de Ricardo, para um contexto sobre as vantagens do livre comércio para os dois países, mesmo que os países sejam auto-suficiente na produção de todos os bens de que necessitem. O argumento se foca nas vantagens relativas

na produção dos bens, no fato de que pode ser mais vantajoso para um país produzir mais um bem do que outro em prol de uma melhor vantagem nesse produto.

Ainda para Ricardo, os principais beneficiados dessa teoria seriam os consumidores, pois comprariam produtos mais baratos diante da especialização e ganhos de escala na produção de maiores quantidades. Já os capitalistas da Inglaterra também seriam beneficiados, pois esses estariam tendo um ganho superior, devido ao seu produto ter um valor agregado muito maior que os produtos importados de outros países, como o vinho de Portugal e França e o trigo da América e Polônia. Se todos os países servissem dessa forma, a produtividade total dos fatores de produção aumentará, assim como o produto global e o bem-estar social da população, gerando desenvolvimento econômico para todos os países envolvidos.

Ricardo construiu um modelo de comércio internacional, no qual todos os países que fizessem negócios uns com os outros ganhariam com o comércio. Assim, o autor imagina um sistema com total liberdade de comércio, onde inevitavelmente cada país produz aquilo que pode produzir melhor (isto é, o que pode produzir com custo comparativamente mais baixo, dados seus recursos naturais, mão-de-obra e capital), exportando o excedente e importando as demais mercadorias que sua população necessitasse.

### **1.3. Teoria Neoclássica de Comércio Internacional**

As vantagens comparativas, porém, não surgem apenas em decorrência da utilização da mão-de-obra como fator principal de produção. Como contrapartida dessa explicação, surge uma nova linha de pensadores conhecida como a teoria das proporções dos fatores, ou teoria Neoclássica de Comércio, ou ainda modelo Hecksler-Ohlin. Essa teoria foca como principal argumento de que os países exportadores tendem a vender bens que são intensivos em fatores que têm em abundância. Isso significa que as vantagens comparativas são muito mais influenciadas pela fartura de recursos naturais de uma região, do que efetivamente numa produção de bens com maior valor agregado.

Pela teoria neoclássica do comércio internacional, de Hecsksher e Ohlin, a especialização deriva das diferenças de dotação de fatores entre países. Aqueles com abundância de mão-de-obra e, portanto, salários mais baixos seriam especializados na produção e exportação de bens incorporando técnicas de trabalho intensivo. Inversamente, países com escassez de trabalho e abundância de capitais iriam produzir e exportar, preferencialmente bens adotando técnicas de capital intensivo, poupadores de trabalho (Souza, 2003, pag. 269).

As teorias clássicas e neoclássicas do comércio internacional são estáticas, levando em consideração apenas as condições de um dado momento. Tendo-se uma visão de mais longo prazo, principalmente com o avanço da industrialização, os produtos começam a apresentar um grau maior de especialização. Existem alguns processos que servem para ajudar aos novos produtos se tornarem competitivos, entre eles temos o processo de aprendizagem (*learning by doing*), que significa obter uma especialização maior e ganho de escala no produto através da repetição.

Em relação ao caso específico da América Latina, pois novos produtos com vantagens comparativas só poderiam ser obtidos com aumento da industrialização dos países da região. Diante disso, é necessário um aumento da demanda para bens industrializados, e uma necessidade que a população tenha condições de adquirir esses produtos (uma absorção interna). São necessárias também reformas estruturais de base para reduzir os custos para as empresas que decidirem investir na industrialização. Em relação à agricultura, é necessário aumentar a produtividade da terra e do trabalho, para que a agricultura consiga cumprir suas funções primordiais no desenvolvimento.

Ainda caso continue ocorrendo uma deterioração dos termos de troca, a explicação está na especialização da base exportadora (no caso brasileiro, o café; no caso argentino, a pecuária), já que reduz o financiamento para a industrialização da economia. Possíveis depressões em países centrais geram quedas nos preços dos produtos primários, o que acarreta uma piora ainda maior nos termos de troca. Para isso, é importante uma economia com amplo mercado interno e maior estabilidade, pois então a política pode ser voltada a esse destino, através de políticas fiscais e monetárias. Em contrapartida, um fechamento do mercado interno, diminui a concorrência, deixando a economia do país bastante fragilizada

em relação a ineficiências do sistema, tais como inflação, altos custos médios e oligopolização.

A agricultura, neste caso, tem papel crucial, pois dela advêm os recursos para a continuidade da industrialização. Superávits na balança comercial servem para a compra de novas máquinas e produtos intermediários para a indústria. Para isso, porém, a agricultura precisa de uma atuação dinâmica, com adoção de políticas econômicas ativas e aperfeiçoamentos institucionais. Esse ganho agrícola serve para gerar rendas que possam ser transferidas para o setor urbano-industrial.

#### **1.4. Teoria de base – Deterioração dos termos de troca entre centro e periferia**

As Nações Unidas criaram uma Comissão Econômica para América Latina (Cepal), logo após a Segunda Guerra Mundial, para impulsionar o desenvolvimento econômico da região. Como a Europa estava destruída após o conflito, os Estados Unidos disponibilizaram uma grande quantia de recursos financeiros para a sua reconstrução, o chamado Plano *Marshall*. A América Latina também estaria disposta a receber esses recursos e a Cepal, no princípio, buscava precisar quais eram os problemas de cada país que atrasavam o desenvolvimento econômico.

Prebisch aprendeu, durante as negociações da crise de 30 com as autoridades inglesas, que o padrão ouro (que ele acreditava quando jovem) e a entrada pró-cíclica de capitais, tornavam os países latinos americanos, principalmente a Argentina, economias extremamente vulneráveis. A divisão internacional do trabalho, defendida pela Inglaterra, produzia longos períodos de defasagem nos termos de troca na produção exportável argentina, impedindo, dessa forma, a manutenção do crescimento sustentável desse país. Prebisch não se preocupou tanto com analfabetismo, pobreza e heterogeneidade (itens importantes no desenvolvimento econômico), pois esses não configuravam um problema sério na Argentina, que sempre fora um país socialmente mais homogêneo, comparado com as outras nações da região. O grande ponto de Prebisch é de que o país poderia manter

o crescimento sustentado diversificando sua economia, com isso se industrializando. (Tavares, 2001)

Através de abordagens empíricas, o ex-presidente do Banco Central da Argentina (sendo o primeiro fundador de Banco Central independente da América Latina), Raúl Prebisch, apresentou uma nova teoria econômica, que passou a ser a principal fonte de pesquisas de economistas da Cepal para o problema do desenvolvimento. Ele começou sua teoria através de uma crítica a teoria das vantagens comparativas de Ricardo, no qual defende a tese de que os países periféricos deveriam se especializar em produzir produtos que apresentavam vantagens comparativas de custo.

O desenvolvimento econômico é entendido pela Cepal como um processo de aumentos sucessivos da produtividade do trabalho, que se expressam na elevação da produção material e da renda *per capita*. A elevação da produtividade ou “... *del nivel de vida de las masa depende, en última instancia de una fuerte cantidad de capital por hombre empleado*” (Prebisch apud Cerqueira, 2001, pág. 3), ou seja, elevada acumulação de capital.

O desenvolvimento do Progresso Técnico concentrava-se no Centro e a distribuição de seus frutos era desigual. Os impactos da mudança dos Centros sobre a periferia e sua crítica a *Bretton Woods* são elementos importantes da análise do desenvolvimento capitalista desigual no período pós-guerra. O novo Centro (Estados Unidos) produzia produtos similares à periferia na produção de matérias primas e, por ser uma economia continental e fechada, seria incapaz de prover liquidez ao sistema internacional. O sistema entraria em desequilíbrio permanente porque a liquidez mundial dependeria de um déficit comercial crescente do país central, que seria impossível de se sustentar. A partir da década de 60, passou a ocorrer esse déficit no período em que encerra a escassez de dólares, e se mantém crescendo até os dias atuais. Os Estados Unidos, com sua diplomacia do dólar forte, tornaram-se rapidamente os maiores devedores líquidos do resto do mundo. (Tavares, 2001)

A tese de Prebisch defendia a existência de uma tendência estrutural de deterioração dos termos de troca entre os países desenvolvidos (exportadores de manufaturas) e os países subdesenvolvidos (exportadores de produtos primários). Em outras palavras, ao

invés de comércio internacional, através de ganhos de comércio ou pela difusão técnica, levar o desenvolvimento dos países mais avançados para os mais atrasados, ele acarretaria, para as economias periféricas, uma modernização sob condição de heterogeneidade estrutural. Nessas economias, o progresso técnico se concentrava nas atividades exportadoras que se modernizavam formando uma economia dual – um moderno exportador, e um tradicional, de baixa produtividade. Já nos países centrais, o progresso técnico se difundia por toda a economia, tornando-se diversificado e homogêneo. (Gonçalves, 1998)

A Cepal chegou a um raciocínio que não seria mais possível para a região continuar crescendo, com base na exportação de produtos primários para centros industriais. Com isso, ela se baseou na industrialização desses países através de um processo conhecido como substituição de importações, onde os países periféricos teriam barreiras comerciais para as indústrias de esses países crescerem de igual para igual com as importações do centro. Segundo os estudos apresentados nos primeiros textos da Cepal, na prática os termos de troca evoluíram desfavoravelmente à periferia, conforme o autor “*tendencia persistente al empeoramiento de los términos de intercambio*” (Prebisch, 1950).

No final da década de 40, os economistas da América Latina perceberam que os principais problemas da região era a piora do poder de compra das suas exportações. Isso se confirmou com o estudo de Prebisch, que examinou a evolução dos preços dos produtos manufaturados e agrícolas, entre 1880 e 1945. Nesse estudo, ele percebeu uma forte tendência para a deterioração dos termos de troca, em prol dos países industrializados. A relação entre os preços agrícolas/preços industriais ( $P_A/P_I$ ), caiu fortemente, igual a unidade de 1880, para 0,687 em 1945 (Prebisch, 1949).

Uma das razões da deterioração dos termos de troca pode ser explicada segundo Prebisch, pela teoria do ciclo. Na fase ascendente, os preços e a renda sobem nos países desenvolvidos, o que eleva a demanda internacional de alimentos e matérias-primas. Conseqüentemente, com preços favoráveis, os países periféricos aumentam sua oferta. Ocorre que, no caso de produtos primários, como carnes, café e outras culturas permanentes, existe uma defasagem de resposta entre oferta de alguns produtos e não é possível obter, de imediato, todos os ganhos possíveis decorrente das elevação de preços.

Além disso, quando os preços conseguem reduzir de imediato sua oferta, o que deprime ainda mais os preços agrícolas na fase descendente. Nessa fase, embora a demanda externa se retraia e os preços diminuam, a oferta agrícola tende a ter uma queda menos do que proporcional, por sua rigidez. Nos países centrais, a oferta de produtos industriais ajusta-se de imediato à demanda e aos preços; além disso, a rigidez dos salários para baixo, pela ação dos sindicatos, evita maiores reduções da demanda de produtos industriais. Pela troca desigual, essa pressão de custos é repassada à periferia. (Prebisch, 1949)

Além disso, existiram outras explicações de Prebisch (1951): mudanças na forma de produzir do centro dinâmico (exigindo quantidades menores de matéria-prima por unidade de produto) e uma mudança mundial no padrão de consumo, onde haveria cada vez menos gastos com alimentos no consumo final (Lei de Engel).

Prebisch tinha como pressuposto que poderia haver uma ajuda dos países ricos para os países periféricos a combater a sua própria depressão. Na fase descende da teoria do ciclo, as economias centrais deveriam emprestar recursos (Souza, 2009) para a periferia, pois seus recursos estariam ociosos, podendo ser repassados aos países subdesenvolvidos. Esses recursos serviriam para que os países continuassem importando seus produtos manufaturados, principalmente bens de capital. Com esta análise, fica bem clara a impossibilidade de progresso técnico entre os países, dos países centrais para os países desenvolvidos. Pelo contrário, isto mostra que a dependência comercial e a troca desigual obrigariam uma transferência do excedente dos países periféricos para os países centrais, gerando uma diferença ainda maior de separação entre os países da América Latina contra os países centrais.

Um argumento complementar é relativo à elasticidade renda da demanda por exportações periféricas: sendo esta menor que a unidade e a elasticidade-renda das importações maior que a unidade, o crescimento periférico, puxado pelas exportações, só pode se dar, com equilíbrio externo, a ritmo inferior ao do centro (do contrário, depois de um ponto haveria um recorrente desequilíbrio comercial). Adotando-se, como Prebisch, o suposto de que os fatores de produção só podem ser empregados na agricultura de exportação ou na indústria, a única forma de escapar desse limite seria a industrialização (Cerqueira, 2001).



Outro ponto importante para a teoria de Prebisch era a industrialização através da defesa sistemática da industrialização para os países do continente, que se daria através da planificação dos investimentos e a prática do protecionismo. Atrás da crítica aos supostos e conclusões da teoria neoclássica do comércio internacional, focada no modelo Heckscher-Ohlin, Prebisch se utiliza do modelo de três setores na economia periférica – subsistência, exportador de primários e setor industrial – a fim de mostrar a inadequação dos critérios neoclássicos de alocação de recursos nas condições definidas e a racionalidade econômica do protecionismo. Apesar de alguns equívocos na interpretação da teoria, o autor rompe profunda e coerentemente com a ortodoxia, quando entende as relações econômicas internacionais como assimétricas e frisa analiticamente os efeitos do comércio sobre o emprego e a renda doméstico. (Cerqueira, 2001)

A defesa do protecionismo da América Latina pela Cepal partia do princípio, que, após 1930, não era mais possível para as economias da região crescer com base nas exportações de produtos primários para os centros industriais. Tinha-se uma necessidade em deslocar o eixo do desenvolvimento através da industrialização. A proteção era necessária, diante da dificuldade para as indústrias nascentes concorrerem de igual para igual com as indústrias do centro.

Diante da característica da estrutura produtiva da América Latina era especializada na produção de bens primários e por desníveis acentuados de produtividade entre o setor ligado a exportação e o de subsistência, não possuiria a grande indústria dotada de ampla densidade de capital. Os países centrais, por outro lado, possuíam estruturas produtivas diversificadas e com níveis de produtividade semelhantes, contando com ampla presença da indústria na economia (Prebisch, 1950). Essas diferenças gerariam uma tendência ao afastamento dos níveis de produtividade e renda entre um e outro pólo da economia internacional.

As críticas à teoria neoclássica do comércio internacional são baseadas nas premissas de que se a teoria fosse correta, as relações comerciais entre e periferia redistribuiriam, por meio da melhoria dos termos de troca para o último grupo de países à igualação relativa, conforme cita o autor abaixo:

“...existe...todo un cuerpo de razonamientos que, suponiendo el libre juego de esas fuerzas, construyen un mundo abstracto, en el cual la fluidez de los factores de la producción, su libre y fácil desplazamiento, desempeñan función decisiva. No coinciden las premisas de estas abstracciones con las condiciones del mundo económico, tal cual se nos presenta concretamente... Y esa tendencia hacia la nivelación relativa de los ingresos,..., no se ha manifestado en la realidad, ni siquiera en forma aproximada, como lo habían supuesto esos razonamientos teóricos” (Prebisch, 1950, pág. 235).

Partindo do suposto que a periferia não conseguiria desenvolver apoiado nas exportações de produtos primários e tentando responder qual seria o rumo a adotar pelas economias periféricas, Prebisch faz uma comparação entre duas formas distintas de “desenvolvimento para dentro”: industrialização “espontânea” e a industrialização acompanhada por proteção. A industrialização espontânea seria a não intervenção do governo no sistema de preços, tendo como problema que a renda não seria maximizada numa industrialização dessa forma. Já pela industrialização acompanhada por proteção, orientada pelo Estado, que poderia lançar mão de tarifas alfandegárias, subsídios e outras políticas de incentivo a indústria nascente. Com isso, estimularia maior ampliação de produção e empregos. Esse conjunto de raciocínios supõe que a produtividade da indústria periférica é menor que a do centro, além de contarem com melhor acesso as técnicas de produção mais sofisticadas.

O desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos passa pela necessidade da industrialização dessas economias e ainda pela diversificação das exportações de produtos manufaturados para outros mercados, até então muito focados nos Estados Unidos.

## **2- IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS: A RELAÇÃO BILATERAL BRASIL E ESTADOS UNIDOS**

Esse capítulo pretende apresentar um estudo sobre o comportamento das importações brasileiras. Busca-se, em um primeiro momento, analisar as importações no período entre 1974 a 1989. Após isso, analisam-se os dados dos principais produtos importados dos Estados Unidos entre 1989 a 1996. Por fim, busca-se expor os dados coletados entre 1996 a 2009 sobre as importações dos vinte principais produtos da pauta de importação brasileira com os Estados Unidos, através de gráficos e análises referentes ao andamento dos preços unitários nesse período.

### **2.1. As importações brasileiras nos anos 70 e 80**

A evolução dos preços das importações mostra a importância das compras externas do petróleo para o comércio exterior brasileiro. O índice de preços subiu lentamente no período entre 1974 a 1977. Porém, com o segundo choque do petróleo, a commodity quase dobrou de preço, caindo depois progressivamente, até alcançar um patamar cerca de 15% abaixo dos níveis de preços atingidos em 1980 (IPEA, 1993).

No período entre 1974 a 1980, observou-se uma queda da participação das importações no PIB do país, em função das medidas restritivas introduzidas durante o segundo PND, durante a administração do presidente Geisel (IPEA, 1993).

O segundo PND foi uma forma de dar um impulso ao crescimento, com a introdução de um plano econômico. Dentre suas metas, havia: a substituição de importações de produtos industriais básicos (aço, alumínio, cobre, fertilizantes e produtos petroquímicos) e bens de capital; e rápida expansão da infra-estrutura econômica (energia hidráulica e nuclear, produção de álcool, transportes e comunicações). As empresas estatais, principalmente nas áreas de energia, aço e infra-estrutura econômica, foram os principais investidores das políticas do governo. Os investimentos em bens de capital, no entanto,

ficaram mais focados nas empresas privadas, com apoio financeiro do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDE). Os principais objetivos desse projeto eram conseguir uma política anticíclica, face à crise do petróleo, mantendo uma taxa de crescimento, emprego e de consumo; mudar a estrutura das exportações e importações brasileiras, através de uma nova substituição de importações e de mudanças no padrão de exportação brasileira; e, por fim, estimular a vinda dos bancos internacionais para financiarem o déficit de conta corrente. (Baer, 2002)

Na primeira metade dos anos 1980, em função da grave crise cambial que se instalou no país, as importações foram mais desestimuladas, caindo 42% em termos reais no período entre 1974 a 1985. A partir do Plano Cruzado, do presidente José Sarney, as importações cresceram em termos reais. Contudo, só em 1989, com a liberalização econômica em andamento, que as importações brasileiras ultrapassaram o nível de 1980 (IPEA, 1993).

A profunda recessão que atingiu o Brasil no começo dos anos 1980 e, principalmente, a crença dos economistas do governo na época de que nossa inflação era inercial, fizeram com que o então presidente, José Sarney lançasse um novo plano econômico, o Plano Cruzado. Em um pronunciamento de televisão, Sarney aplicou um golpe violento na tentativa de conter a inflação. Dentre as principais medidas, foi estabelecido congelamento geral dos preços finais dos produtos; um reajuste que fixou os novos salários reais com base na média dos últimos seis meses mais uma variação percentual; aumento dos preços de alugueis na mesma forma dos salários, porém sem a variação percentual; um sistema de reajuste salarial, quando o IPC atingisse mais que 20% em relação ao ajuste anterior; a criação de uma nova moeda; e a proibição de indexações em contratos inferiores a um ano. (Baer, 2002)

Durante os cinco primeiros meses do plano, as taxas de inflação tiveram um comportamento favorável, apresentando variação bastante reduzida. A demanda estava aquecida pelos aumentos nos salários reais (maior que o congelamento dos preços), gerando um forte aumento na demanda de produtos. Esse aumento da demanda era alimentado pelo fato do governo manter os preços congelados. Alguns setores da economia se mostravam preocupados com o superaquecimento e previam a necessidade de algumas

medidas para conter essa escalada da demanda. A primeira medida tomada pelo governo foi a redução do crédito direto ao consumidor. A política fiscal, porém, continuou expansionista, com a manutenção do congelamento dos preços. As taxas de desemprego da economia estavam cada vez menores, enquanto os salários reais da indústria continuavam em crescimento.

Conforme descreveu Baer (2002):

“o fracasso do Plano Cruzado pode ter sido atribuído a muitas causas, sendo a mais importante o aumento salarial concedido em seu início, o que intensificou a demanda agregada em um momento em que a economia já estava aquecida, situação que se agravou pela não-poupança do setor público e externa.. O erro básico residiu no rígido apego à idéia da inflação zero. Dificilmente se poderia esperar que os setores da economia em desvantagem aceitassem seus sacrifícios por mais de três ou quatro meses, e a realização de ajustes de preços seletivos, com ênfase numa inflação baixa, em vez de zero, poderiam ter mantido a gradual expansão dos ágio e escassez de produtos num nível muito mais baixo. Além disso, muitos problemas relacionados à posição desfavorável de preços relativos das empresas públicas poderiam ter sido evitados aumentando-se as antes do congelamento ou, como ocorreu no setor privado, reajustando-se gradativamente essas tarifas depois do congelamento.” (Pág. 191-192)

A seguir será observado o panorama das importações brasileiras no começo da década de 90.

## **2.2. As importações brasileiras nos anos 90**

Excluindo-se do total das importações do petróleo e seus derivados, tem-se uma visão ainda mais nítida da magnitude da redução e do posterior aumento do valor total das importações no começo dos anos 90. Em particular, nota-se que, apesar da recessão em que o Brasil esteve mergulhado desde o começo dos anos 1990, o crescimento das importações de produtos não derivados do petróleo foi vertiginoso. (IPEA, 1993)

As importações de bens de capital tiveram uma evolução ainda maior do que os valores totais. Além disso, é digna de ressalva a significativa queda nos preços dos produtos de bens de capital importados a partir de 1989. Na literatura pesquisada, existem três possíveis explicações para esta evolução, que são: a liberalização das importações e o fim da lei do similar nacional. Com isso, passou-se a importar máquinas e equipamentos mais baratos; o dólar reduziu drasticamente o superfaturamento das importações; e, por fim, com a recessão enfrentada pelos países centrais, principalmente Estados Unidos e Europa, os preços de seus produtos teriam caído em função da necessidade de abertura de um novo mercado. (IPEA, 1993)

Outro setor que chama a atenção em relação à significativa queda nos preços dos produtos importados no começo dos anos 1990 é o setor petroquímico. A principal explicação para essa repentina queda nos preços é a elevada capacidade ociosa que essa indústria enfrentava em nível mundial. Os bens intermediários e de consumo são outros setores que apontam um substancial aumento real das importações, a partir da liberalização do mercado interno, em 1990, a despeito da retração das atividades domésticas. Isso sugere que a queda nas importações na década de 1980, como foi visto anteriormente, foi muito mais um resultado das restrições econômicas impostas às compras externas do que um avanço da indústria nacional. (IPEA, 1993)

### **2.3. As importações brasileiras dos Estados Unidos entre 1996 a 2009**

Neste inciso, se procurará mostrar a pauta de importação brasileira nestes anos de 1996 a 2009. Dessa forma, procura-se analisar a evolução dos preços dos vinte produtos que mais apareceram, selecionados critérios de preço e quantidade, nas importações brasileiras dos Estados Unidos, conforme pesquisa realizada junto ao sistema *Alice web* da SECEX. Dentre esses, têm-se os seguintes produtos, conforme quadro abaixo:

Quadro nº 1: Descrições dos Vinte Principais Produtos Importados pelo Brasil aos Estados Unidos entre 1996 a 2009

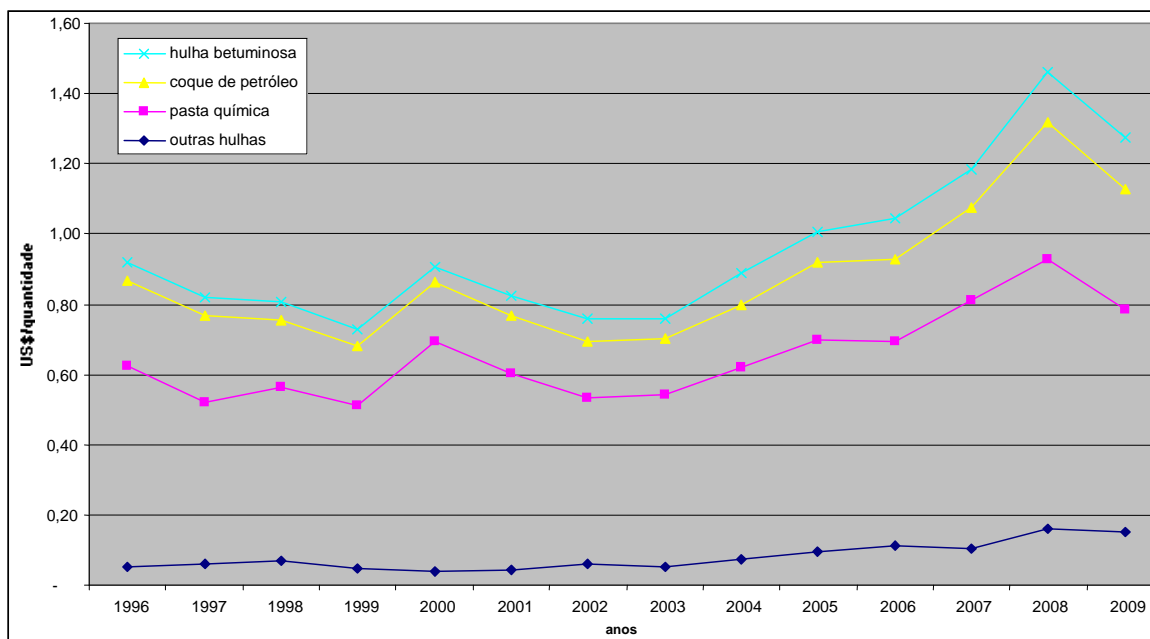
<b>CODIGO</b>	<b>DESCRIÇÃO DO PRODUTO</b>
84119100	– PARTES DE TURBORREADORES OU DE TURBOPROPULSORES
88033000	– OUTRAS PARTES PARA AVIÕES OU HELICÓPTEROS
27011900	– OUTRAS HULHAS, MESMO EM PÓ, MAS NÃO AGLOMERADAS
47032100	- PASTA QUIM. MADEIRA DE CONÍFERA, A SODA/SULFAT. SEMI/BRANQ
84111200	- TURBORREADORES DE EMPUXO>25KN
84798999	– OUTRAS MÁQUINAS E APARELHOS MECÂNICOS C/FUNÇÃO PRÓPRIA
31054000	- DIIDROGENO-ORTOFOSFATO DE AMONIO, INCL. MIST. HIDROGEN. ETC
84733049	- OUTS. CIRCUITOS IMPRESSOS PARA MÁQUINAS AUTOMAT. PROC. DADOS
27131200	- COQUE DE PETRÓLEO CALCINADO
87089990	– OUTRAS PARTES E ACESS. PARA TRATORES E VEÍCULOS AUTOMÓVEIS
27011200	- HULHA BETUMINOSA, NÃO AGLOMERADA
28151200	- HIDRÓXIDO DE SÓDIO EM SOLUÇ. AQUOSA (LIXIV. SODA CAUSTICA)
29025000	- ESTIRENO
90328990	- OUTS. INSTRUMENTOS E APARS. AUTOMAT. PARA REGULACAO/CONTROLE
30049019	- MEDICAMENTO CONTENDO OUTRAS ENZIMAS, EM DOSES
38220090	- OUTS. REAGENTES DE DIAGNÓSTICO OU DE LABORATÓRIO
39072039	– OUTROS POLIETERPOLIOIS, EM FORMAS PRIMÁRIAS
85299019	– OUTRAS PARTES PARA APARELHOS TRANSMISSORES/RECEPTORES
86021000	- LOCOMOTIVAS DIESEL-ELÉTRICAS
85401100	- TUBOS CATÓDICOS PARA RECEPT. DE TELEVISÃO EM CORES, ETC.

Fonte: Secretária do Comércio Exterior (Secex, 2010)

Como se pode observar, a pauta de importações brasileiras dos Estados Unidos é muito mais concentrada em bens industriais, com bastante força para a indústria química. Os produtos que têm como atividade a coleta de produtos naturais, de origem animal, vegetal ou mineral, serão classificados como produtos naturais. Têm-se quatro produtos que são considerados naturais, dentre eles: outras hulhas, mesmo em pó, mas não aglomeradas; pasta química madeira de conífera, a soda/sulfato semi/branqueado; coque de petróleo calcinado; e hulha betuminosa, não aglomerada. Os produtos industriais, que são classificados como sendo uma atividade que transforma matéria prima em outros produtos, através do trabalho, são os que mais aparecem na lista, com dez itens. Os produtos são: partes de turborreatores ou de turbopropulsores; outras partes para aviões ou helicópteros;

turborreatores de empuxo >25KN; outras máquinas e aparelhos mecânicos com função própria; outros circuitos impressos para máquinas automáticas de processamento de dados; outras partes e acessórios para tratores e veículos automóveis; outros instrumentos e aparelhos automatizadores para regulação/controle; outras partes para aparelhos transmissores/receptores; locomotivas diesel-elétricas; e, por fim, tubos catódicos para recepção de televisão em cores. Tentando-se fazer uma diferenciação dos produtos industriais e devido à grande quantidade de produtos dessa indústria dentro da pauta de importação, optou-se pela colocação de alguns produtos na indústria química. A indústria química inclui as indústrias que têm a ver com a produção de petroquímicos, agroquímicos, produtos farmacêuticos, polímeros, tintas, etc. Dessa forma, incluíram-se os seguintes produtos nessa área: diidrogeno-ortofosfato de amônio, inclusive mistura hidrogênio; hidróxido de sódio em solução aquosa; estireno; medicamento contendo outras enzimas, em doses; outros reagentes de diagnóstico de laboratório; e outros polieterpoliois, em formas primárias.

Gráfico 2.1: Evolução dos preços unitários das importações brasileiras entre 1996 a 2009 - Produtos Naturais



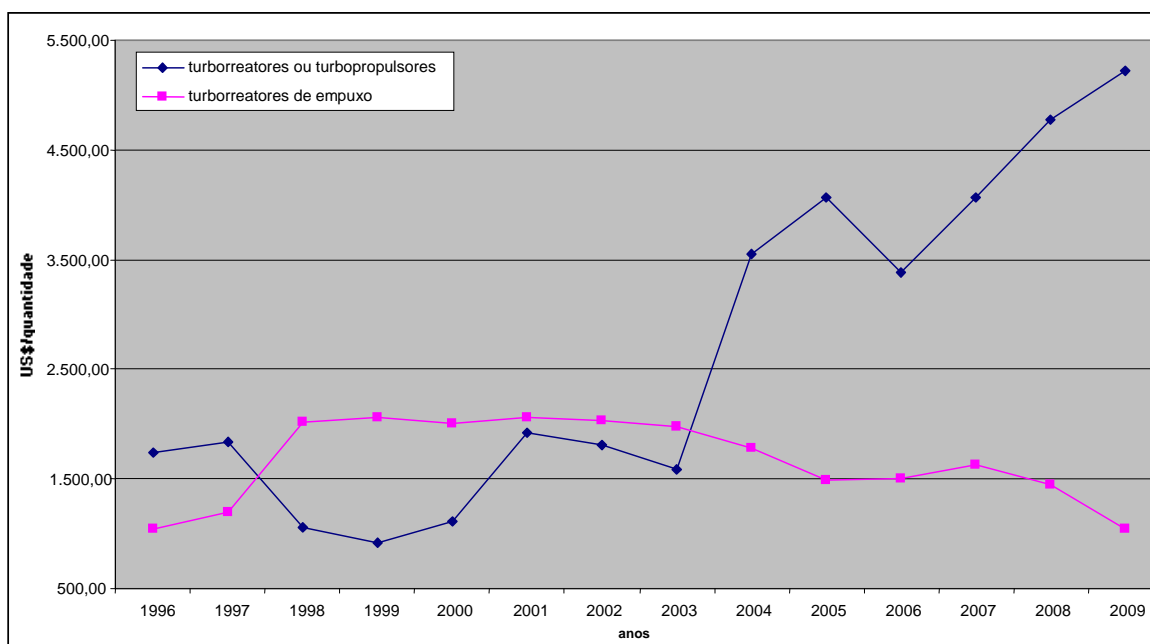
Fonte: Secretária do Comércio Exterior (Secex, 2010)



Na evolução dos preços das importações dos produtos naturais (Gráfico 2.1), observa-se que, no período entre 2003 a 2008, houve uma boa recuperação nos preços unitários dos produtos hulha betuminosa, coque de petróleo e pasta química; em 2009, porém, observa-se uma retração nos preços. Já o produto outras hulhas não apresentou uma variação considerável no período analisado.

Como existe uma grande diferença nos valores unitários dos produtos industriais, a análise dos produtos será dividida em três gráficos. Num primeiro gráfico serão analisados produtos com valores acima de US\$ 500/quantidade, num segundo momento terá produtos com valores entre US\$ 10/quantidade a US\$ 1.500/quantidade e, por fim, um gráfico com produtos com valores abaixo de US\$ 45/quantidade.

Gráfico 2.2: Evolução dos preços unitários das importações brasileiras entre 1996 a 2009 - Produtos Industriais

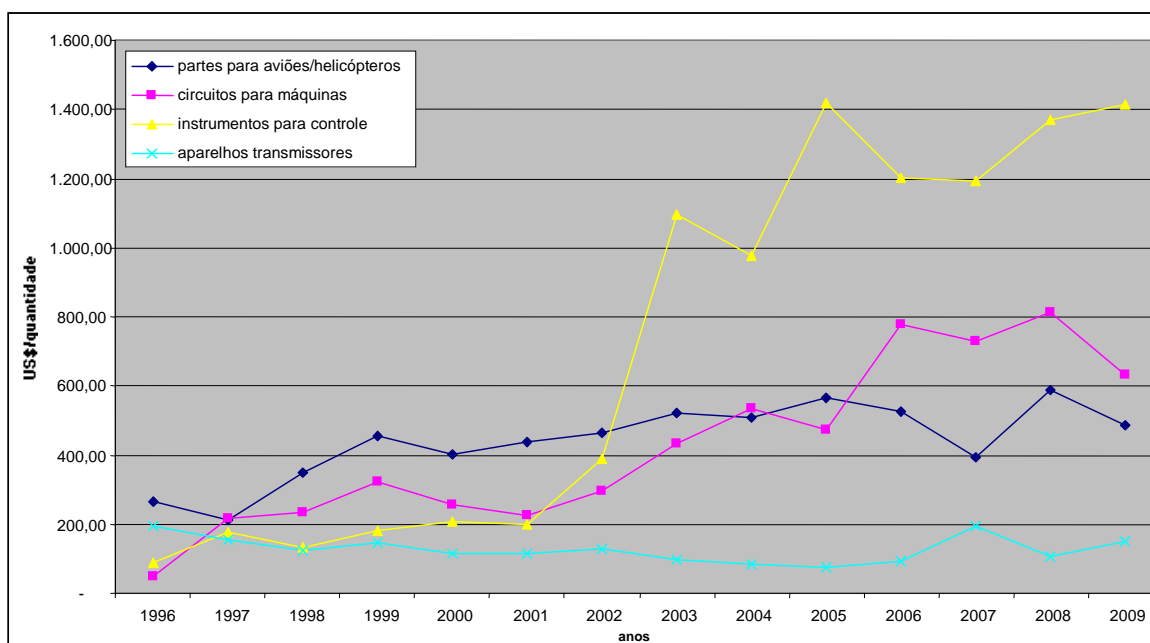


Fonte: Secretária do Comércio Exterior (Secex, 2010)

Na avaliação dos preços unitários com valores acima de 1.000 dólares por quantidade dos produtos industriais, tem-se um forte aumento dos preços a partir de 2003 para turborreatores ou turbopropulsores, com uma pequena queda nos preços em 2006. Já nos

turboreatores de empuxo, nota-se um aumento nos preços em 1997 e, depois uma estabilização até 2003; após isso, nota-se uma queda nos valores unitários.

Gráfico 2.3: Evolução dos preços unitários das importações brasileiras entre 1996 a 2009 - Produtos Industriais



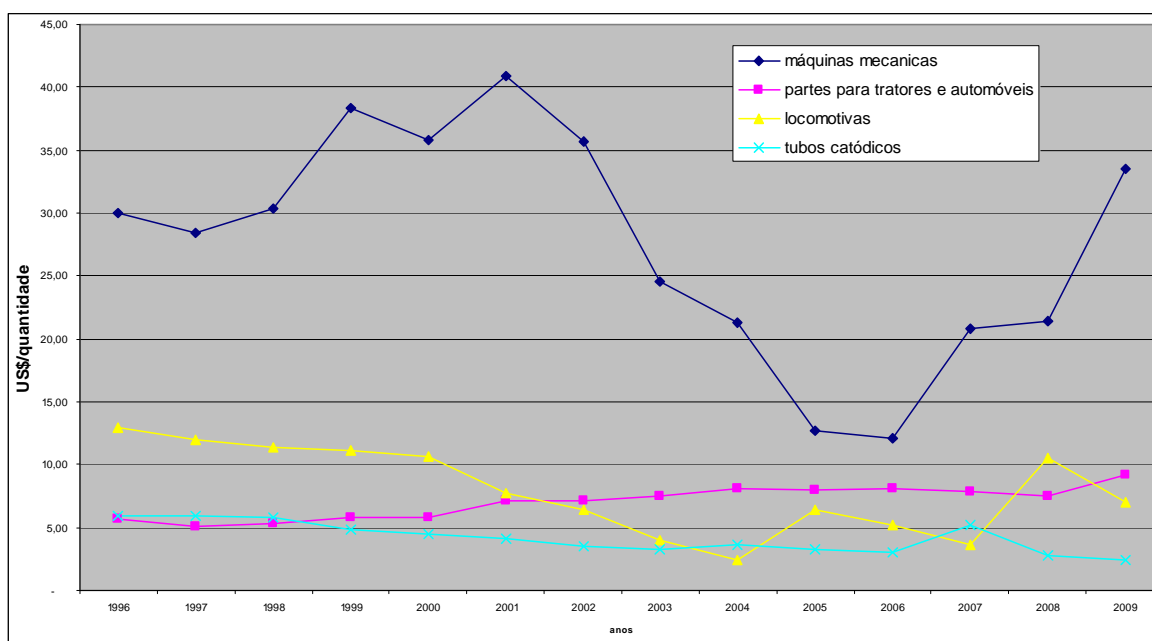
Fonte: Secretária do Comércio Exterior (Secex, 2010)

Nesse gráfico (2.3), observa-se um forte aumento nos preços dos instrumentos para controle a partir de 2001. Os aparelhos transmissores se mantiveram com preços estabilizados durante o período entre 1996 a 2009. Outro produto que merece uma análise mais detalhada são os circuitos para máquinas, que têm uma valorização entre 2001 a 2004, com queda em 2005, e novo aumento de preços em 2006. Já nas partes para aviões e helicópteros, se nota um aumento nos preços até 2009, e após isso, uma estabilização nos preços.

No último gráfico dos produtos industriais (2.4), observa-se uma forte contração dos preços dos produtos máquinas mecânicas, a partir de 2001, após o item ter atingido seu

valor máximo. Já os tubos catódicos sofreram uma retração nos preços a partir do começo da análise, para em 2007 acumulem um modesto aumento, voltando a recuar em 2008. Nas locomotivas se têm queda nos preços entre 1996 a 2004, mas com valorização consistente em 2008. Nas partes para tratores e automóveis, observou-se uma estabilização nos preços entre 1996 a 2009.

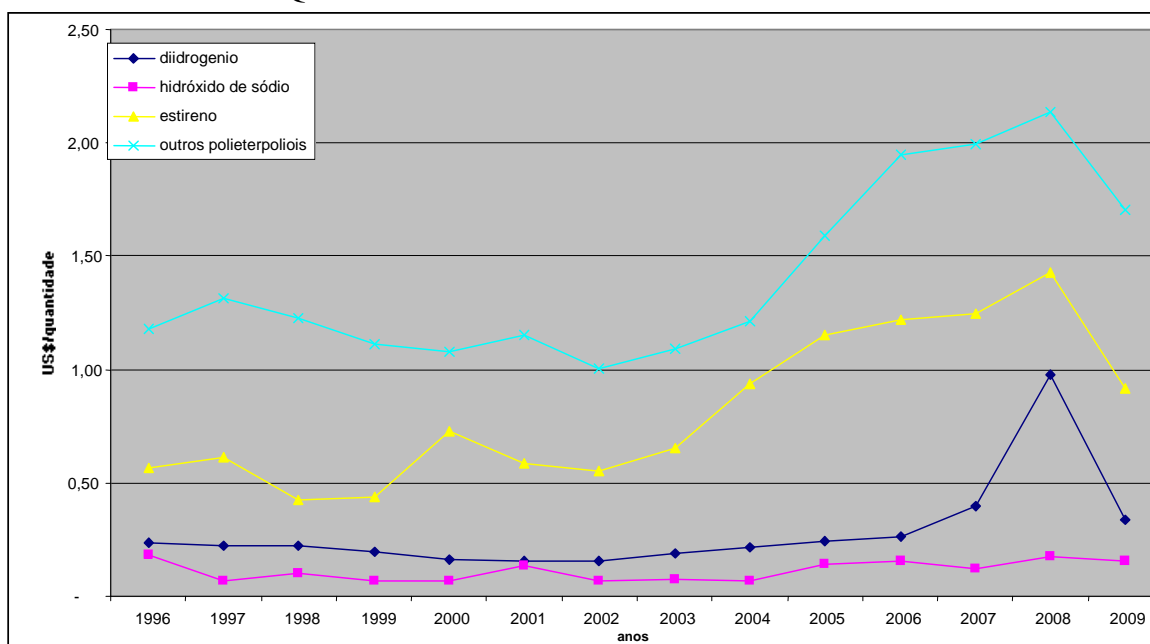
Gráfico 2.4: Evolução dos preços unitários das importações brasileiras entre 1996 a 2009 - Produtos Industriais



Fonte: Secretária do Comércio Exterior (Secex, 2010)

Na análise da última cesta de produtos, separaram-se os produtos da indústria química da seguinte forma: no gráfico 2.5, produtos com valor unitário abaixo de US\$ 2,50/quantidade; no gráfico 2.6, produtos com valores entre US\$ 200 a US\$ 2.600/quantidade; e, por fim no gráfico 2.7, produto com valor entre US\$ 15 a US\$ 65/quantidade.

Gráfico 2.5: Evolução dos preços unitários das importações brasileiras entre 1996 a 2009 - Produtos da Indústria Química

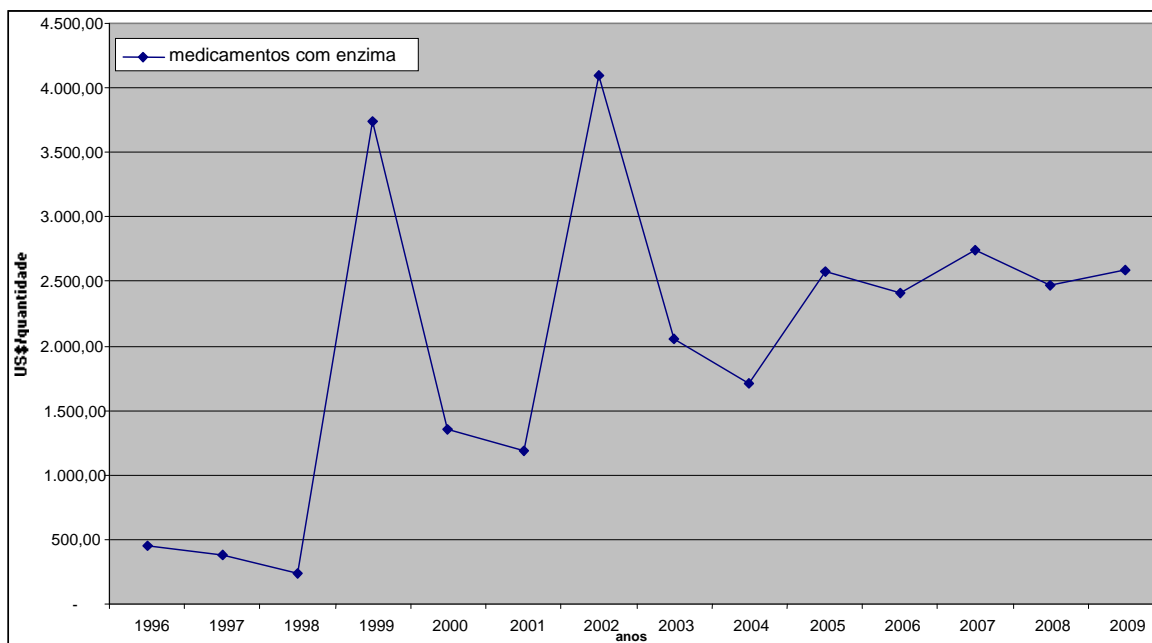


Fonte: Secretária do Comércio Exterior (Secex, 2010)

Nesse primeiro gráfico (2.5), nos produtos da indústria química, observa-se uma forte evolução dos outros polímeros a partir de 2002, antes de uma retração, em 2008. Na análise do hidróxido de sódio, nota-se uma estabilização nos preços durante o período de 1996 a 2009. O diidrogeno também se aponta uma estabilização nos preços a partir de 2006, mas com uma posterior forte elevação nos preços, precedendo uma contração em 2009. O estireno, por outro lado, tem aumento constante de preços a partir de 2003, para também sofrer uma queda nos preços em 2009.

Neste segundo gráfico de produtos industriais químicos, aparece o item medicamentos com enzima. Como esse produto tem um valor muito distorcido em relação aos outros do seu grupo, optou-se por fazer um gráfico único. Esse produto apresenta forte instabilidade nos preços entre 1998 a 2002, sofrendo fortes altas e quedas nos valores unitários de um ano para o outro. A partir de 2005, porém, ele apresenta certa estabilidade nos preços

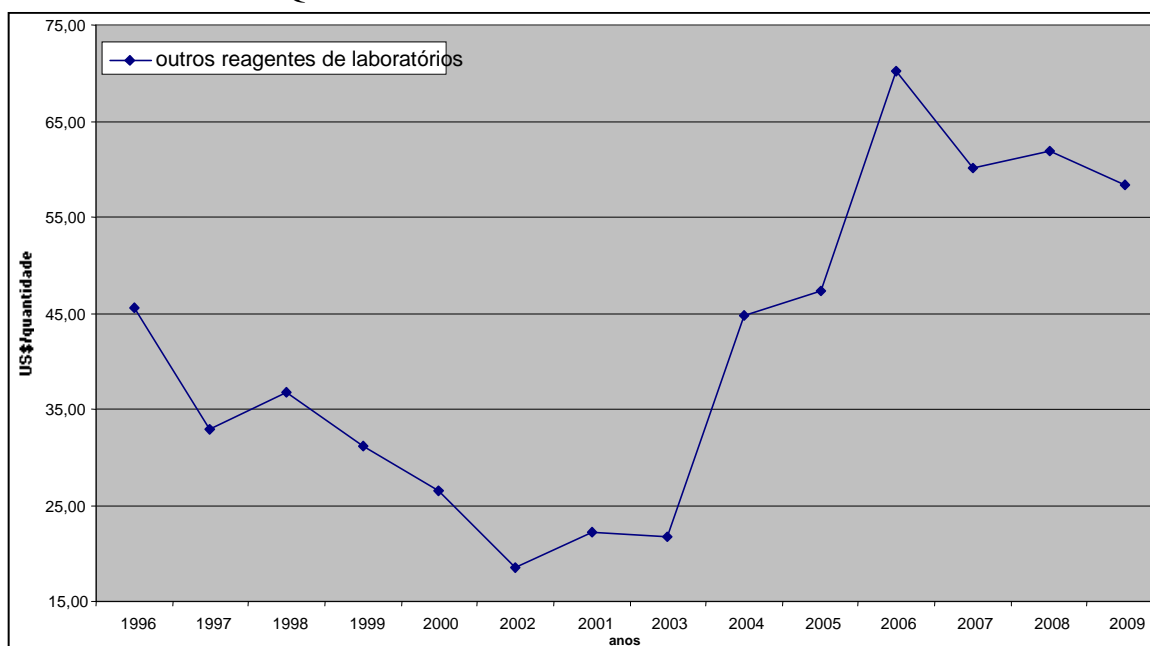
Gráfico 2.6: Evolução dos preços unitários das importações brasileiras entre 1996 a 2009 - Produtos da Indústria Química



Fonte: Secretária do Comércio Exterior (Secex, 2010)

Neste último gráfico de produtos industriais químicos, também só se acompanha um produto. O gráfico de outros reagentes de laboratórios apresenta dois momentos bem distintos: num primeiro momento, ele tem forte queda entre 1996 a 2002 e depois apresenta forte alta entre 2003 a 2006. Entre 2006 a 2009, novamente, o produto sofre queda nos preços.

Gráfico 2.7: Evolução dos preços unitários das importações brasileiras entre 1996 a 2009 - Produtos da Indústria Química



Fonte: Secretária do Comércio Exterior (Secex, 2010)

Portanto, pode-se observar, com raras exceções, que a pauta de importações brasileiras para os Estados Unidos, durante o período pesquisado, ficou bastante focada em produtos industriais, com dez produtos. Além disso, nota-se uma forte dependência brasileira para as importações de produtos da indústria química, devido a grande quantidade de produtos desse ramo industrial que fazem parte da cesta dos vinte produtos mais importados. Outro fator importante é a falta de produtos agrícolas nas importações, mostrando que os Estados Unidos é um país fortemente industrializado, e o Brasil, por sua vez, é um grande produtor desses produtos.

### **3- EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS: A RELAÇÃO BILATERAL BRASIL E ESTADOS UNIDOS**

Esse capítulo busca apresentar um estudo da evolução das exportações brasileiras. Em um primeiro momento, vai se abranger os períodos entre a década de 1960 até a abertura comercial do Brasil no começo dos anos 1990. Depois, busca-se expor os dados coletados no período entre 1996 a 2009, através de gráficos e análises referentes ao andamento dos preços nesse período.

#### **3.1. As exportações brasileiras nos anos 70 e 80**

O período compreendido entre as décadas de 1960 e 1970 é caracterizado por um forte processo de industrialização, marcado principalmente por um crescimento exponencial do valor agregado na indústria, em termos de composição setorial de produto, e da pauta de exportações, assinalada pela dotação de fatores e pela saliência do setor agropecuário, ou dos produtos dele derivados. Em 1967, predominam as exportações de madeiras serradas, manteiga de cacau, de óleos de mamona e amendoim, peles e couros e os produtos derivados de ferro - neste último caso principalmente com o crescimento das empresas estatais, como Vale do Rio Doce. A crescente elaboração dos derivados de cacau e a expansão de produtos vinculados aos complexos de soja, minério-siderúrgico e papel determinam grandes transformações na pauta de exportações de semimanufaturados entre o período de 1967 ao final dos anos 70, tendo uma forte diversificação no comércio de manufaturas. (Veiga, 1991)

Já nos anos 70, o padrão da estrutura da especialização internacional da indústria é mais focado pelas classes tradicionais, intensivas em recursos naturais (bens primários) como a indústria de produtos alimentícios, fumo, couro e peles, as quais respondendo pelos nossos maiores índices de especialização no comércio. No final dos anos 70, o Brasil possuía 21 classes de indústrias, das quais apenas quatro (entre tradicionais e intensivas em

recursos) possuíam elevado grau de especialização internacional. E só não era fortemente “desespecializada” em outras quatro classes, igualmente tradicionais, mas combinando intensidade no uso de recursos naturais e do fator trabalho. (Veiga, 1991).

Entre 1967 e 1980, a combinação do padrão diferenciado de produtos semimanufaturados e manufaturados e a sequência de períodos de crescimento econômico em todo o mundo levaram a uma forte expansão de produtos industrializados na pauta exportadora. No começo dos anos 80, porém, ocorre uma forte mudança estrutural em relação aos produtos exportados. Nesta década, ocorre uma surpreendente crise no padrão da inserção da economia brasileira no contexto global: redução do ritmo de crescimento das exportações de manufaturados; concentração do dinamismo exportador em setores de produtos semimanufaturados intensivos em recursos naturais; dependência cada vez maior de desempenho exportador em relação ao efeito-volume; incapacidade dos setores brasileiros produtores de bens de capital e de consumos duráveis de se integrarem à dinâmica de crescimento acelerado do comércio mundial. (Veiga, 1991).

Desde o início dos anos 80, a instabilidade de preços e política que predominava no país impunha uma situação muito peculiar à indústria nacional. A principal preocupação das indústrias era fazer uma política agressiva de preços, aliada a uma gestão financeira flexível e superatuante para enfrentar a instabilidade, deixando de lado preocupações como produção e a eficiência operacional. A diversificação produtiva e as aplicações patrimoniais diversas funcionavam como mecanismo de proteção contra a instabilidade interna. A adaptação a esse conturbado contexto implicava ineficiências, como o aumento dos custos com adaptação da produção e com as precificações em condições de alta inflação. Nesse contexto, a ampliação do leque de negócios e a necessidade de antecipar-se à inflação geraram ineficiência. Ao longo dos anos 80, enquanto novas técnicas produtivas ganhavam espaço no mundo desenvolvido, no Brasil a economia estava estagnada. A indústria nacional apenas sobrevivia e ia ficando pra trás, enquanto no mundo industrializado e desenvolvido se processava uma renovação dos métodos de organização e gerenciamento. Além disso, as empresas transnacionais aqui instaladas tinham dificuldades de explicar as matrizes os padrões locais de conduta. Isso as impossibilitava de obterem recursos junto às matrizes para novos investimentos, restringindo as suas ações. A ameaça constante de hiperinflação tornava o endividamento muito perigoso, restringindo também



novos projetos da indústria. O aumento da competitividade da indústria nacional só se tornaria viável com uma política de estabilização.

Em suma, ao longo dos anos 70 e 80, as mudanças na composição dos fluxos das exportações reduziram os efeitos negativos que a perda de dinamismo das exportações de manufaturas poderia ter gerado sobre os resultados globais das exportações do país nos anos 80. Reduziram também o grau de polarização de especialização, na medida em que os indicadores das classes industriais mais fortes se retraem e aumenta o grau de especialização de uma série de classes, cuja exportação o modelo de industrialização dos anos 70 buscou incentivar. Mesmo com todas estas mudanças, a indústria brasileira continuava, em 1980 especializada internacionalmente nas mesmas classes de produtos identificadas em 1976, como química, papel borracha, alumínio e calçados (Veiga, 1991).

### **3.2. As exportações brasileiras nos anos 90**

Os anos 90 foram marcados por uma abertura comercial no Brasil, onde as barreiras tarifárias foram sendo progressivamente eliminadas pela implementação de um rápido processo de redução de tarifas. Diante disso, foi abolido o anexo C (lista com cerca de 1.300 produtos com importação proibida em razão da produção similar nacional); regimes especiais de importação foram reduzidos ao Drawback, à Zona Franca de Manaus e ao setor de tecnologia da informação (Carneiro, 2002).

A primeira metade dos anos 90 foi um período de inegável hegemonia das ideias neoliberais, ou da ideia da primazia do “mercado”, com a instância privilegiada e adequada de sinalização de decisões privadas, sobre a coordenação pública, sobretudo identificada pelo Estado. O Banco Mundial, inclusive, chegou a divulgar textos que apontavam o que seria “uma boa política econômica”<sup>1</sup> (entendida como aquela que garantiria, da melhor forma possível, a maximização das condições de desenvolvimento dos países membros (Almeida Filho, 2003).

---

<sup>1</sup> Essa política econômica foi chamada de Consenso de Washington.

Paralelo ao Consenso de Washington, a Cepal divulgou um estudo intitulado “Transformação Produtiva com Equidade: a Tarefa Prioritária do Desenvolvimento da América Latina e do Caribe nos anos 90”, onde o ponto de partida é a constatação de retrocesso experimentado pela grande maioria dos países em estudo, no âmbito econômico e social, em comparação aos sucessos de períodos anteriores, sobretudo no pós-guerra, até a primeira crise do petróleo. Sua base empírica não deixa dúvidas: o produto real *per capita* no final de 1989 retrocedeu ao registrado treze anos antes, e até mais do que isso, em alguns países. Diante disso, os países da região estavam iniciando os anos 90, com “*o peso da inércia recessiva dos anos 1980, com o passivo representado pelas suas dívidas externas, e com a presença de uma inadequação fundamental entre as estruturas da demanda internacional e a composição das exportações latino-americanas e caribenhas*” (Síntese do documento, pág. 889). Diante disso, mostravam-se nesse documento, os desafios dos anos 90: com o encontro dos caminhos perdidos do desenvolvimento (crescimento sustentável) e o fortalecimento da democracia; por outro lado, ajustamento das economias com estabilização, as mudanças tecnológicas mundiais, modernização dos serviços públicos, aumento da poupança, melhoria na distribuição de renda e padrões mais austeros de consumo. (Almeida Filho, 2003).

BIELSCHOWSKY (2000) em seu artigo-resenha de apresentação da coletânea que marcou os cinquenta anos de pensamento da Cepal, refere-se ao Consenso de Washington da seguinte forma:

“A implantação das reformas (propostas pelo ideário neoliberal) suscita entusiasmos e apreensões, expressos em acalorado debate ideológico, freqüentemente polarizado. A CEPAL dos anos 1990 logrou posicionar-se com grande habilidade entre os dois extremos. Não colocou-se contra a maré das reformas, ao contrário, em tese tendeu a apoiar-las, mas subordinou sua apreciação do processo ao critério da existência de uma ‘estratégia’ reformista que pudesse maximizar seus benefícios e minimizar suas deficiências a médio e longo prazos.

O ‘neo-estruturalismo’ cepalino recupera a agenda de análises e de políticas de desenvolvimento, adaptando-a aos novos tempos de abertura e globalização. Avalia que no passado houve, em muitos países, demasiada complacência com a inflação e que os novos tempos exigem alterações na forma de intervenção do Estado na economia, buscando-se ampliar sua eficiência. São tempos de

‘compromisso’ entre a admissão da conveniência de que se ampliem as funções do mercado e a defesa da prática de intervenção governamental mais seletiva. O ‘compromisso’ permite que a análise e as proposições de políticas voltem aos temas caros à Cepal, ou seja, o progresso técnico e distribuição de renda abrindo diálogo à direita e à esquerda do espectro retórico e ideológico internacional.” (Bielschowsky apud Almeida Filho, 2003, pág. 3)

Esta passagem é esclarecedora, onde se pode observar uma grande adesão interna à Cepal, e mesmo das políticas econômicas regionais, a esta “política econômica”. Isto pode ser verificado em estudos que seguiram ao documento “Transformação Produtiva”, que, em grande parte dos casos, parecem detalhar aspectos ali apontados, ou, quando muito, registrar as dificuldades de efetivação da estratégia proposta pelo Consenso de Washington. (Almeida Filho, 2003).

A valorização cambial também tem que ser destacada como importante nesse estudo apresentado, pois a valorização do câmbio traz fortes impactos nas importações e tem efeitos diretos sobre os preços e, conseqüentemente, na competitividade dos produtos brasileiros em âmbito internacional.

A abertura comercial e a desnacionalização da propriedade, através das privatizações, foram fundamentais no processo de liberalização. Essas modificações foram parte da quebra de paradigma que se encontrava no Brasil, da substituição de importações e uma ampla intervenção estatal, principalmente nas indústrias de base e na infra-estrutura.

Nesse novo modelo de desenvolvimento proposto no começo dos anos 90, principalmente em função de tentar trazer ao Brasil o Consenso de Washington, de ideias liberais, a concorrência é considerada como peça-chave no processo. Em substituição de demandas propostas anteriormente, o foco passou para políticas de ofertas, sintetizadas na ampliação da concorrência. Este mecanismo seria fundamental à incorporação de novas tecnologias, ancorados no ciclo virtuoso de aumento da produtividade e dos salários reais. Para isso, seria necessária a abertura comercial, com queda de tarifas e a permissão de entrada de novos agentes no mercado, ampliando a concorrência e, no futuro, fazendo com que as empresas tivessem mais eficiência e ganhos de produtividade. A queda de vários

monopólios estatais também influenciou nesse contexto, pois abriu o mercado a firmas mais competitivas e com custos de produção mais baixos.

Segundo Carneiro (2002), as importações acabaram acelerando muito mais que as exportações, pois as indústrias brasileiras não conseguiram um dinamismo necessário para ampliar a diversificação, ou seja, a venda de produtos de maior dinamismo. As importações que cresceram no começo da década de 90 originaram-se de áreas mais desenvolvidas, enquanto as exportações iam cada mais para países em desenvolvimento, principalmente regiões mais pobres. As importações concentraram-se em bens de maior conteúdo tecnológico, como insumos elaborados e bens de capital.

### 3.3. As exportações brasileiras com os Estados Unidos entre 1996 a 2009

Neste item, busca-se mostrar a pauta de exportação brasileira no período que vai entre 1996 a 2009. Diante disso, será analisada a evolução dos preços dos vinte produtos que mais apareceram nas exportações brasileiras para os Estados Unidos, Conforme pesquisa realizada junto ao sistema *Alice web* da SECEX. Dentre estes, têm-se os seguintes produtos, conforme quadro abaixo:

Quadro nº 2: Descrições dos Vinte Principais Produtos Exportados pelo Brasil aos Estados Unidos entre 1996 a 2009

CODIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO
09011110	- CAFE NÃO TORRADO, NÃO DESCAFEINADO, EM GRAO
47032900	- PASTA QUIM. MADEIRA DE N/CONIF. A SODA/SULFATO, SEMI/BRANQ
72011000	- FERRO FUNDIDO BRUTO NAO LIGADO, C/PESO<=0.5% DE FÓSFORO
84143011	- MOTOCOMPRESSOR HERMETICO, CAPACIDADE<4700 FRIGORIAS/HORA
72071200	- OUTROS PRODS. SEMIMANUF. FERRO/ACO, C<0.25%, SEC. TRANSV. RET
16025000	- PREPARACOES ALIMENTICIAS E CONSERVAS, DE BOVINOS
20091100	- SUCOS DE LARANJAS, CONGELADOS, NAO FERMENTADOS
44071000	- MADEIRA DE CONIFERAS, SERRADA/CORTADA EM FLS.ETC.ESP>6 mm

**68029390 - OUTROS GRANITOS TRABALHADOS DE OUTRO MODO E SUAS OBRAS**  
**24012030 - FUMO N/MANUF. TOTAL/PARC. DESTAL. FLS. SECAS, ETC. VIRGINIA**  
**08013200 - CASTANHA DE CAJU, FRESCA OU SECA, SEM CASCA**  
**87089990 - OUTRAS PARTES E ACESS. P/TRATORES E VEICULOS AUTOMOVEIS**  
**88023039 - OUTS. AVIÕES A TURBO JATO, ETC.7000 kg <PESO<=15000 kg, VAZIOS**  
**64039900 - OUTROS CALCADOS DE COURO NATURAL**  
**27101159 – OUTRAS GASOLINAS**  
**88024090 - OUTROS AVIOES/VEICULOS AEREOS, PESO>15000 kg, VAZIOS**  
**84099912 - BLOCOS DE CILINDROS, CABECOTES, ETC. P/MOTORES DIESEL/SEMI**  
**87083900 - OUTROS FREIOS E SUAS PARTES, P/TRATORES/VEIC. AUTOMOVEIS**  
**71081310 - OURO EM BARRAS, FIOS, PERFIS DE SEC. MACIÇA, BULHAO DOURADO**  
**40111000 - PNEUS NOVOS PARA AUTOMOVEIS DE PASSAGEIROS**

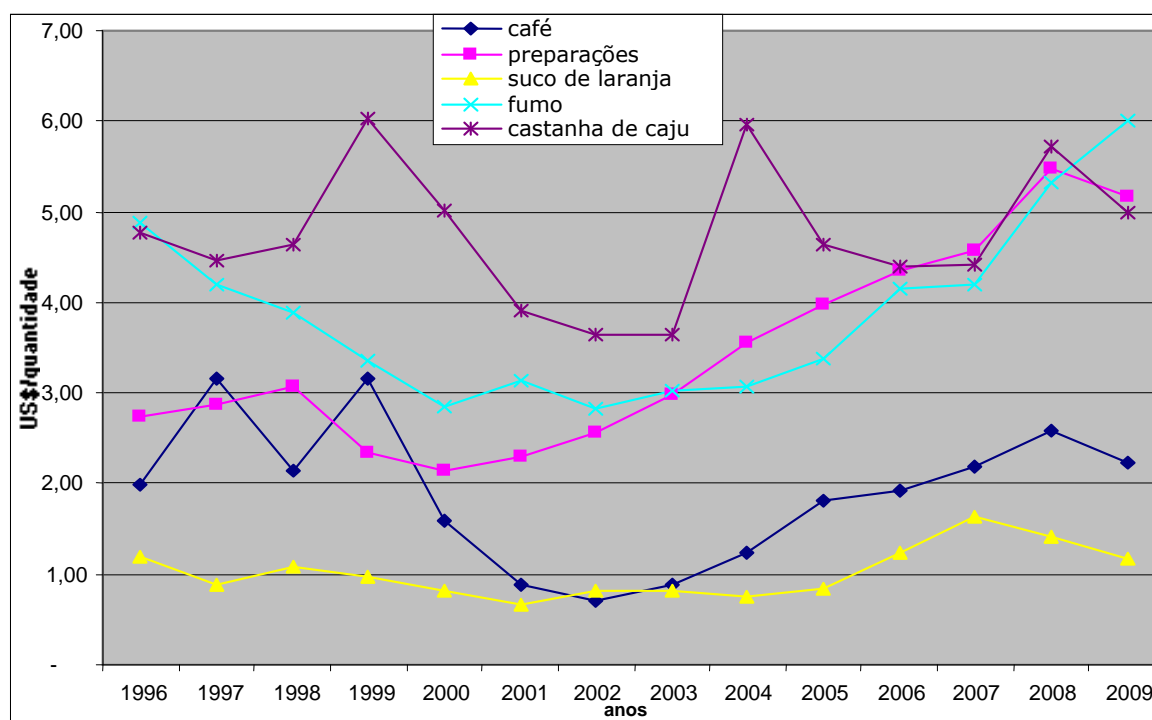
Fonte: Secretária do Comércio Exterior (Secex, 2010)

Partindo-se do pressuposto de que a agropecuária reúne os substantivos “agricultura” e “pecuária”, utiliza-se como forma de pesquisa cinco dos produtos que a compõem, dentre eles: café; preparação alimentícia e conservas de bovinos; sucos de laranja; fumo; e castanha. Da mesma forma, utilizar-se-á a indústria como sendo toda atividade humana que, através do trabalho, transforma matéria prima em outros produtos. Com isso, entre os produtos industriais, os que mais aparecem na lista (nove vezes) são: pasta química; motocompressor hermético; acessórios para tratores e veículos automotores; aviões a jato entre sete mil quilos a quinze mil quilos; calçados de couro natural; aviões a jato com peso acima de quinze mil quilos; blocos de cilindro; freios; e pneus. E, por último, utiliza-se o termo produtos naturais para designar o extrativismo, que é utilizado para designar toda atividade de coleta de produtos naturais, seja de origem animal (peles, carnes e óleos), vegetal (madeiras, folhas e frutos) ou mineral (exploração de minerais). Entre eles, temos os produtos naturais, que aparecem seis vezes na lista dos vinte maiores produtos exportados no período, entre eles: ferro bruto; outros produtos de ferro/aço; madeiras de coníferas; granitos trabalhados; gasolinas; e ouro em barra.

Na evolução dos preços das exportações dos produtos agrícolas (Gráfico 3.1), observam-se que, no período entre 1996 a 2009, houve um processo de recuperação nos preços de produtos como fumo e preparações alimentícias. Já nos outros produtos (café, suco de laranja e castanha de caju) observa-se claramente uma estabilização nos preços,

com queda entre os anos de 1999 a 2003, antes de retomada, atingindo os valores unitários próximos de 1996, em 2009.

Gráfico 3.1: Evolução dos preços unitários das exportações brasileiras entre 1996 a 2009 - Produtos Agrícolas

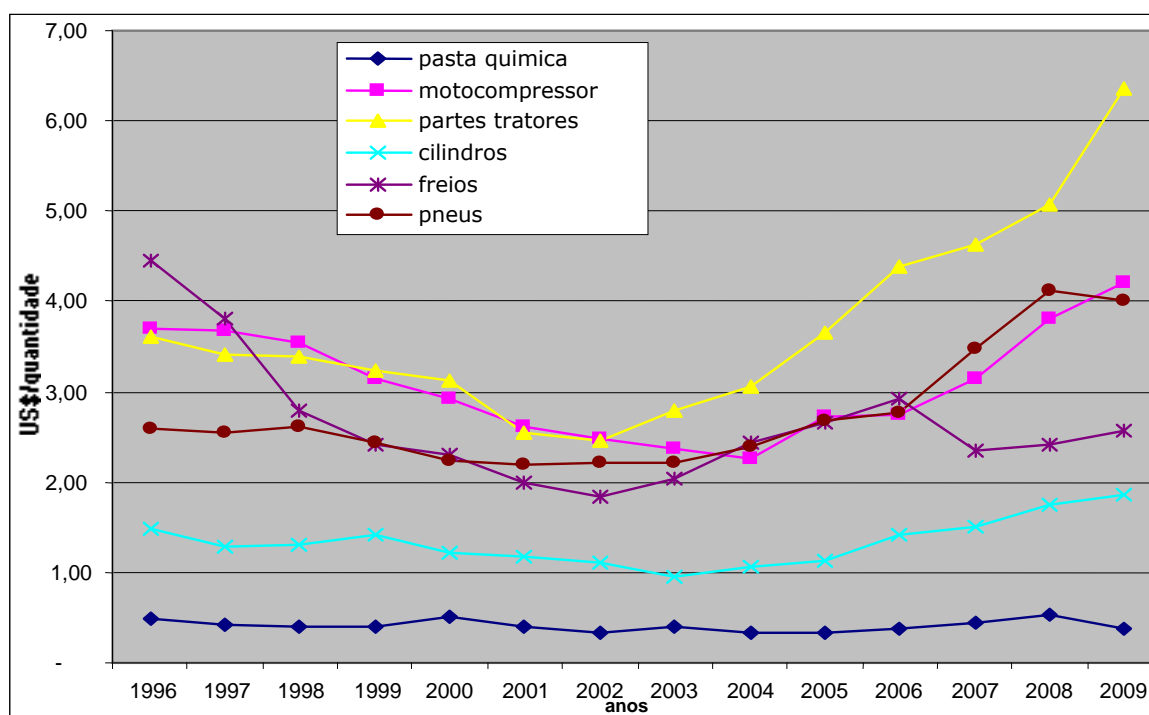


Fonte: Secretária do Comércio Exterior (Secex, 2010)

Diante da grande diferença entre os valores unitários dos produtos industriais, tem-se uma análise desses produtos em três gráficos, sendo divididos entre produtos com baixo valor, até US\$ 7,00 por quantidade; com valor médio, entre US\$ 12,00 a US\$ 32,00 por quantidade; e por produtos com alto valor, como aviões a jatos. Diante disso, em um primeiro momento serão analisados os produtos com valor unitário até US\$ 7,00 (Gráfico 3.2). Observa-se uma recuperação nos preços unitários dos produtos como pneus, motocompressores e partes de tratores a partir de 2002. Já com os outros produtos

analisados (pasta química, cilindros e freios), observa-se claramente uma variação lateral dos preços.

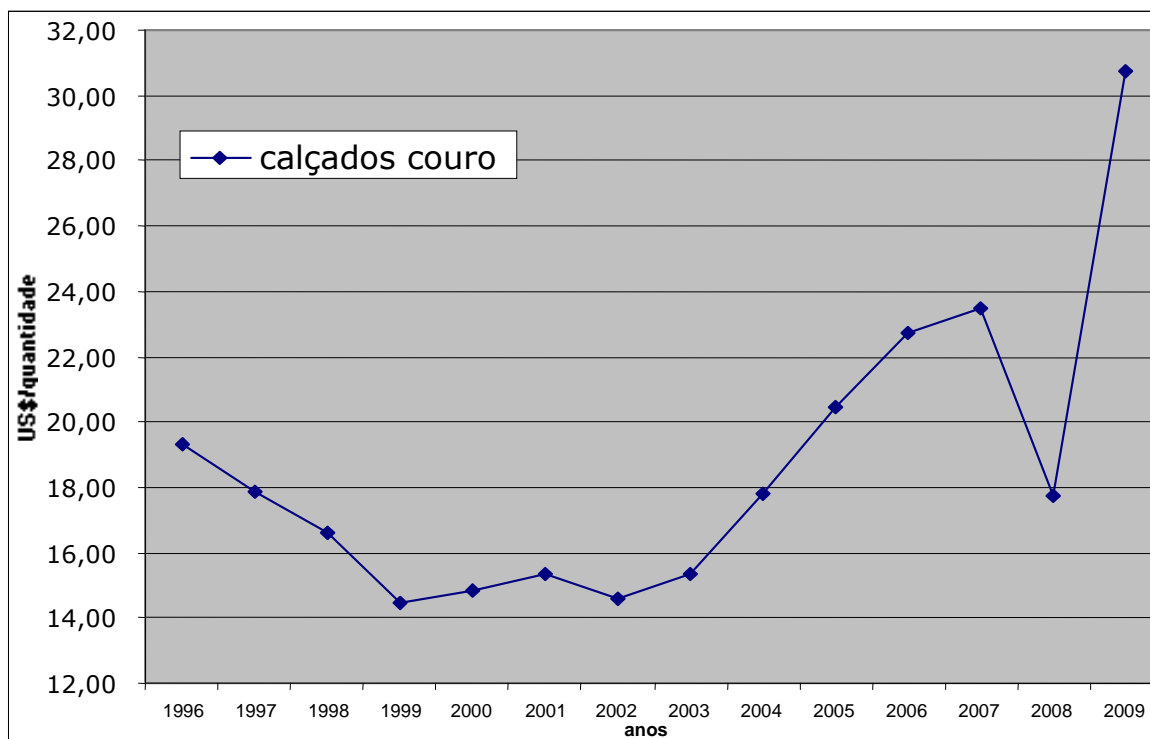
Gráfico 3.2: Evolução dos preços unitários das exportações brasileiras entre 1996 a 2009 - Produtos Industriais



Fonte: Secretária do Comércio Exterior (Secex, 2010)

Como só se houve um produto na faixa intermediária de preços (calçados de couro), este será analisado individualmente (Gráfico 3.3). Nesse produto, nota-se uma elevação nos preços, principalmente a partir 2003, uma forte retração em 2008, e uma retomada altista em 2009.

Gráfico 3.3: Evolução dos preços unitários das exportações brasileiras entre 1996 a 2009 - Produtos Industriais

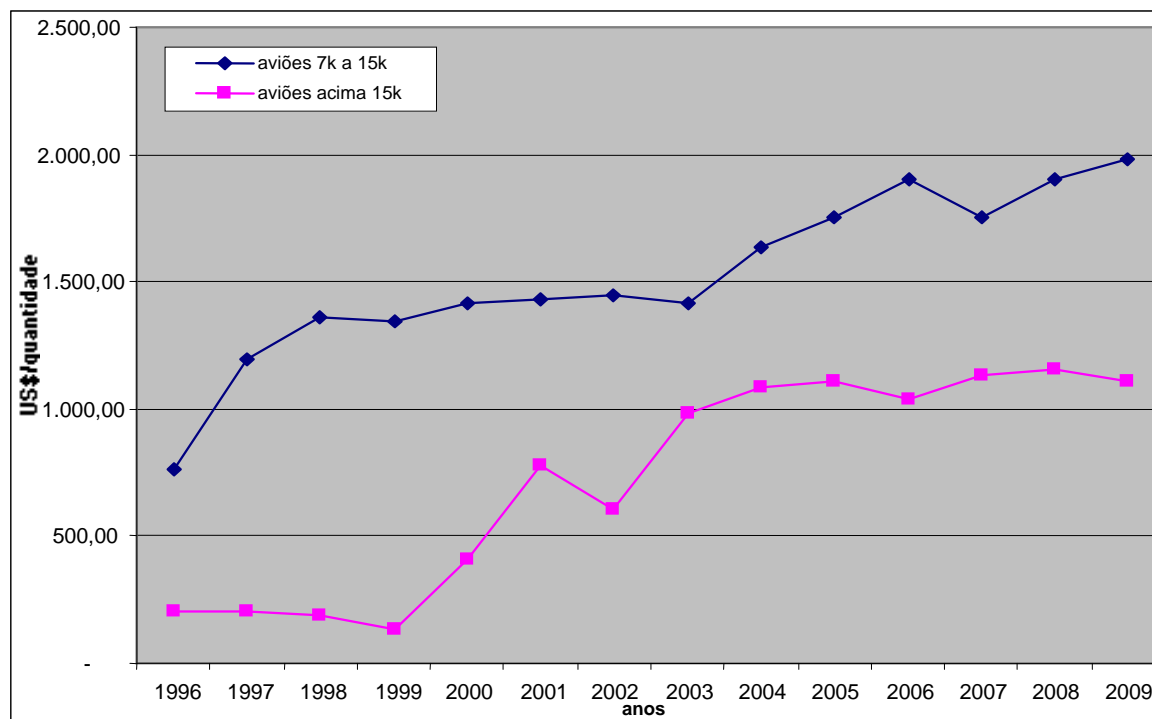


Fonte: Secretária do Comércio Exterior (Secex, 2010)

Na evolução dos preços unitários dos dois tipos de aviões a jato, entre sete mil quilos a quinze mil quilos e acima de quinze mil quilos (Gráfico 3.4), nota-se uma elevação dos preços de forma contínua nos dois produtos, sem grandes sobressaltos nos valores analisados.



Gráfico 3.4: Evolução dos preços unitários das exportações brasileiras entre 1996 a 2009 - Produtos Industriais



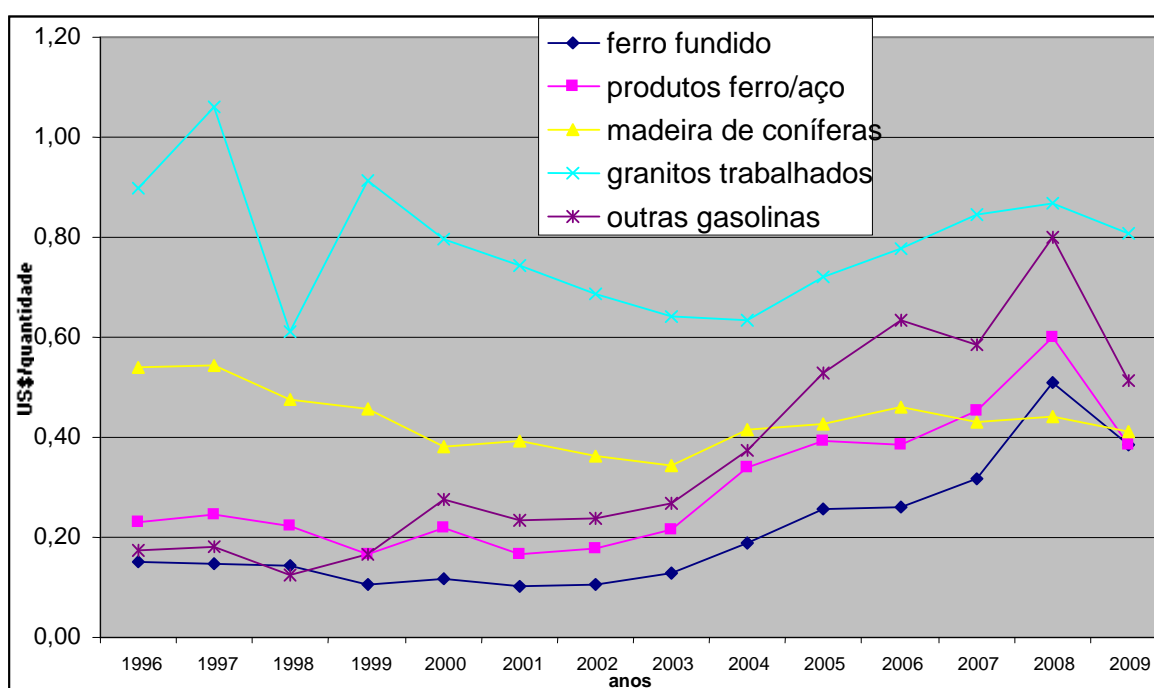
Fonte: Secretária do Comércio Exterior (Secex, 2010)

Partindo-se para a análise dos gráficos dos produtos considerados naturais, foram observadas as seguintes constatações. Como esses produtos também apresentaram uma grande diferença entre os valores unitários, optou-se por fazer uma análise em dois gráficos. Em um primeiro gráfico, separaram-se os produtos com valores unitários até US\$ 1,20 por quantidade; já num segundo gráfico, balizou-se o produto (ouro em barra), que foi o único em que o valor ficou bastante acima dos outros produtos.

Começou-se analisando os produtos com valores unitários até US\$ 1,20 por quantidade (Gráfico 3.5). Nesse gráfico, encontram-se os respectivos produtos: ferro fundido, produtos de ferro e aço, madeira de coníferas, granitos trabalhados e outras gasolinas. Como se pode observar, os produtos outras gasolinas, produtos de ferro e aço e ferro fundido tiveram um aumento de valores unitários, principalmente entre 2003 a 2008. Já a madeira de coníferas teve um andamento de lado durante o período analisado,

sofrendo pequenas alterações de preços para baixo entre 2000 a 2003, mas voltando aos seus patamares iniciais a partir de 2004. Os granitos trabalhados tiveram fortes oscilações entre 1996 a 1998. A partir de 1999, porém, o produto passou a sofrer constantes quedas anuais. Em 2004, uma nova onda de alta nos preços, que durou até 2008.

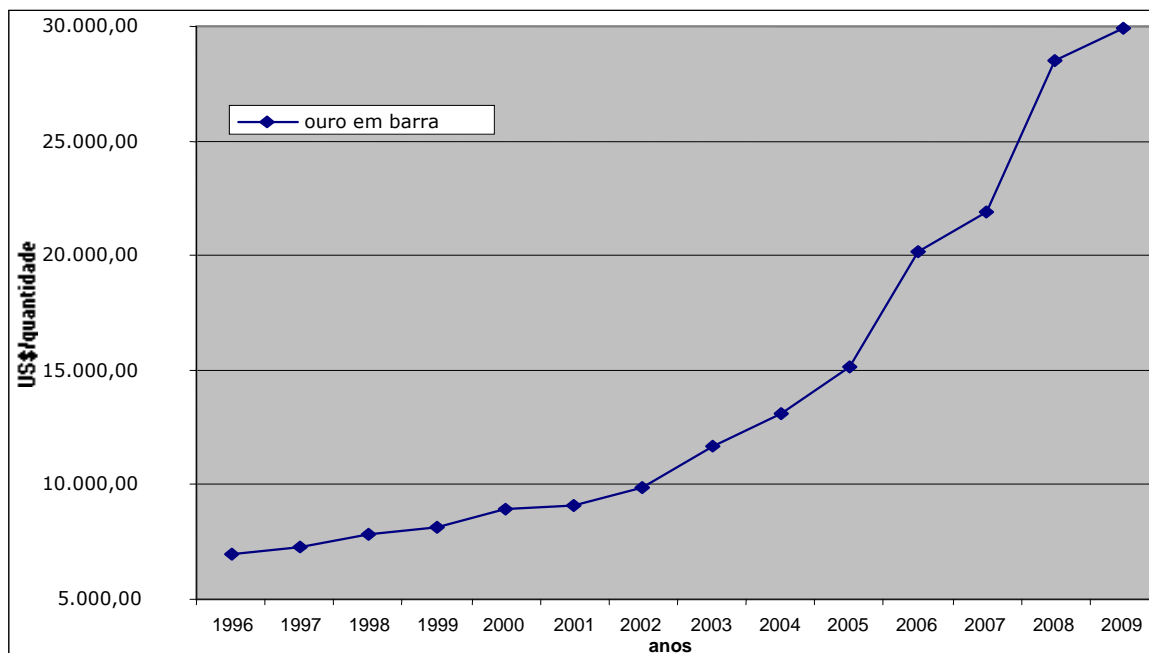
Gráfico 3.5: Evolução dos preços unitários das exportações brasileiras entre 1996 a 2009 – Produtos Naturais



Fonte: Secretária do Comércio Exterior (Secex, 2010)

Para completar a análise dos produtos exportados no período entre 1996 a 2009, há o ouro em barra (Gráfico 3.6). Nele, pode-se observar certa estabilidade nos preços no período entre 1996 a 2001. A partir de 2002, no entanto, observa-se um forte aumento nos preços, chegando a triplicar o valor unitário do produto nesse período.

Gráfico 3.6: Evolução dos preços unitários das exportações brasileiras entre 1996 a 2009 - Produtos Naturais



Fonte: Secretária do Comércio Exterior (Secex, 2010)

Portanto, pode-se observar, com raras exceções, que a pauta de exportações brasileira para os Estados Unidos, durante o período pesquisado, foi bastante distribuída. Apesar disso, nota-se uma forte tendência a produtos de baixo valor unitário, muitos produtos com valores abaixo de (US\$ 1/quantidade) nos produtos naturais. Dentre os produtos agrícolas também se nota uma forte contração nos valores unitários, com muitos produtos ficando abaixo da linha de US\$ 5 por quantidade. Entretanto, tem-se um alto valor comercial nos produtos industriais, aviões, e naturais (ouro). Pode-se constatar que a indústria aeronáutica brasileira é bastante forte e conseguiu sobreviver a períodos de turbulência, com fortes investimentos estatais.

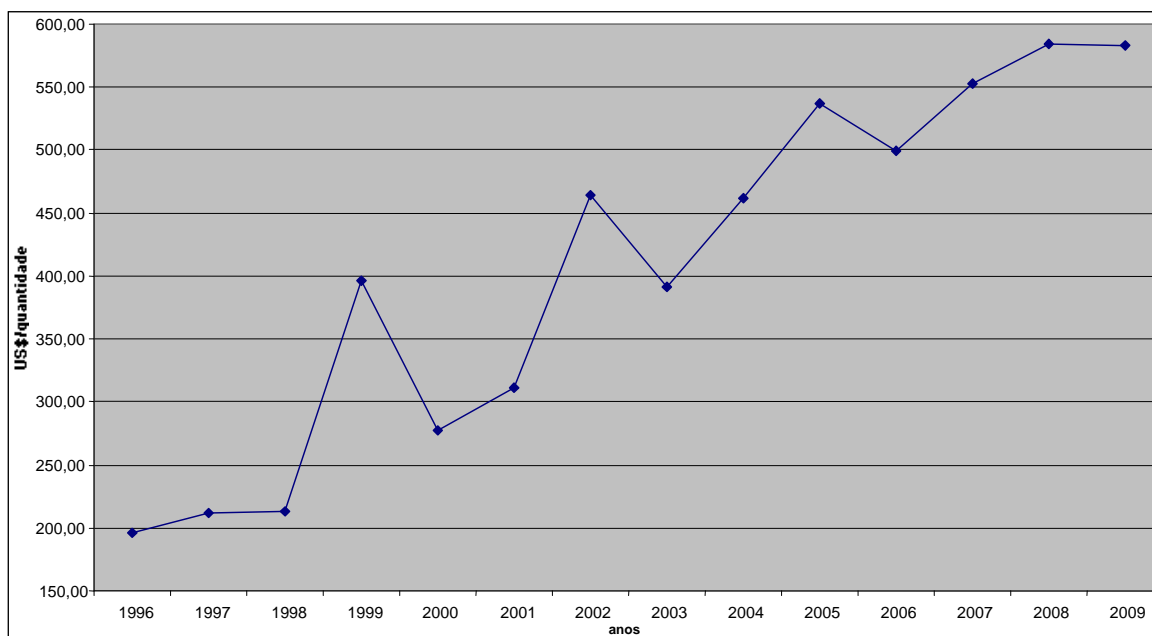
### **3.4. Relação da teoria de deterioração de Prebisch com os dados pesquisados no período 1996/2009**

Nas próximas linhas, será analisado o resultado dos dados reunidos pelo autor em pesquisa realizada junto ao Sistema Alice Web, da Secretária do Comércio Exterior. A metodologia utilizada foi a média aritmética simples dos preços unitários dos vinte principais produtos da pauta de comércio bilateral entre Brasil e Estados Unidos. Diante desses valores, pretende-se analisar como estão atualmente os dados da deterioração dos termos de troca entre as relações comerciais do país central, Estados Unidos, contra o país periférico, Brasil. Para isso, utilizar-se-á a razão entre os preços unitários médios dos vinte principais produtos exportados, contra os preços unitários médios dos vinte principais produtos importados pelo Brasil dos Estados Unidos, assim como a teoria de Prebisch.

Em um primeiro momento, será analisada a evolução dos preços unitários dos produtos importados. Em seguida, faz-se uma análise detalhada do comportamento dos preços unitários dos produtos exportados pelo Brasil dos Estados Unidos, no período de 1996 a 2009.

Como se pode observar no gráfico 3.7, a evolução da média dos preços dos produtos importados é de alta, porém não tão relevante quanto a das exportações, analisadas no gráfico seguinte. Houve fortes oscilações nos preços entre o período de 1996 a 2003, em razão da grande variação verificada no produto medicamentos com enzimas. A partir do ano de 2003, houve uma sequência de altas nos preços - com exceção o ano de 2006 - até o final da série, em 2009. Os valores unitários dos produtos importados são inferiores aos preços dos produtos exportados. Isso ocorreu porque o Brasil, apesar de exportar no período muitos produtos com baixo valor agregado para os Estados Unidos, principalmente do setor agrícola, teve forte compensação pelo fato dos produtos aviões a jato e ouro apresentarem um alto valor unitário.

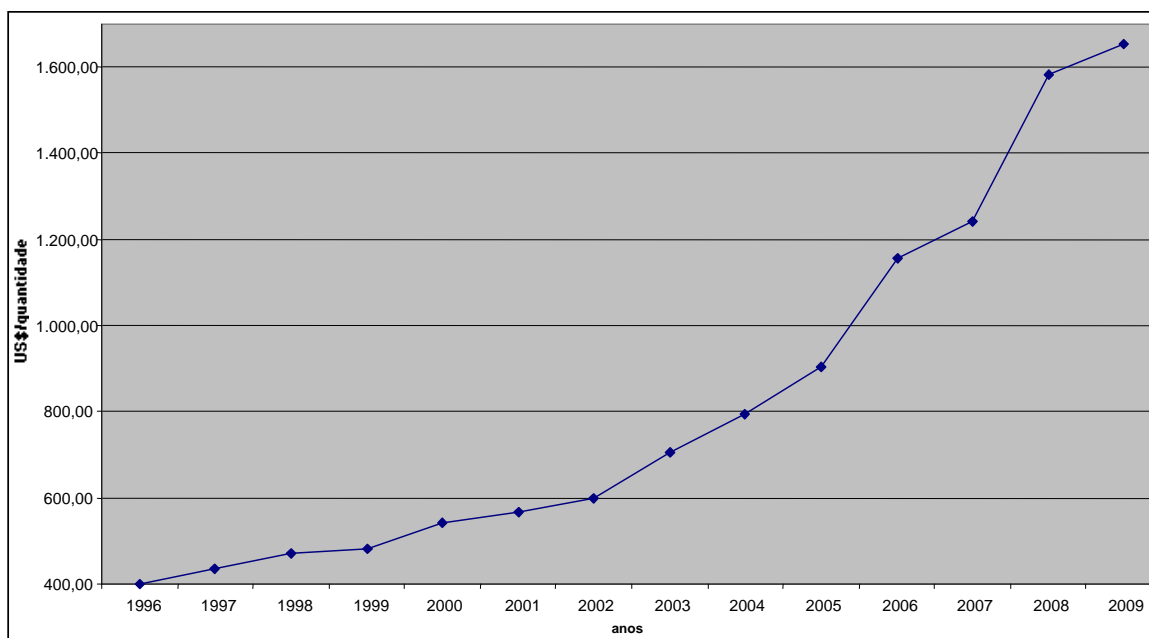
Gráfico 3.7: Evolução da média simples dos preços unitários dos vinte principais produtos das importações brasileiras com os Estados Unidos entre 1996 a 2009



Fonte: Secretária do Comércio Exterior (Secex, 2010)

No gráfico a seguir (3.8), pode-se observar a evolução da média simples dos preços unitários dos vinte principais produtos que se destacaram na pauta de exportações brasileiras com os Estados Unidos entre 1996 a 2009. Como se pode observar, existe uma pequena evolução nos preços no período entre 1996 a 2002, com pequenas oscilações altistas. No período entre 2002 a 2008, no entanto, houve um forte crescimento na média desses produtos, evidenciando uma maior participação do valor exportado brasileiro para os Estados Unidos. Durante esses anos, houve um aumento de aproximadamente 160%, com o valor passando de US\$ 599,24 por quantidade em 2002, para US\$ 1.582,78 por quantidade, em 2008. Um dos produtos que mais contribuíram para esse forte aumento dos preços nesse período foi o ouro em barra que, além de ter um valor agregado alto, também obteve um grande aumento de preços nesse período.

Gráfico 3.8: Evolução da média simples dos preços unitários dos vinte principais produtos das exportações brasileiras com os Estados Unidos entre 1996 a 2009



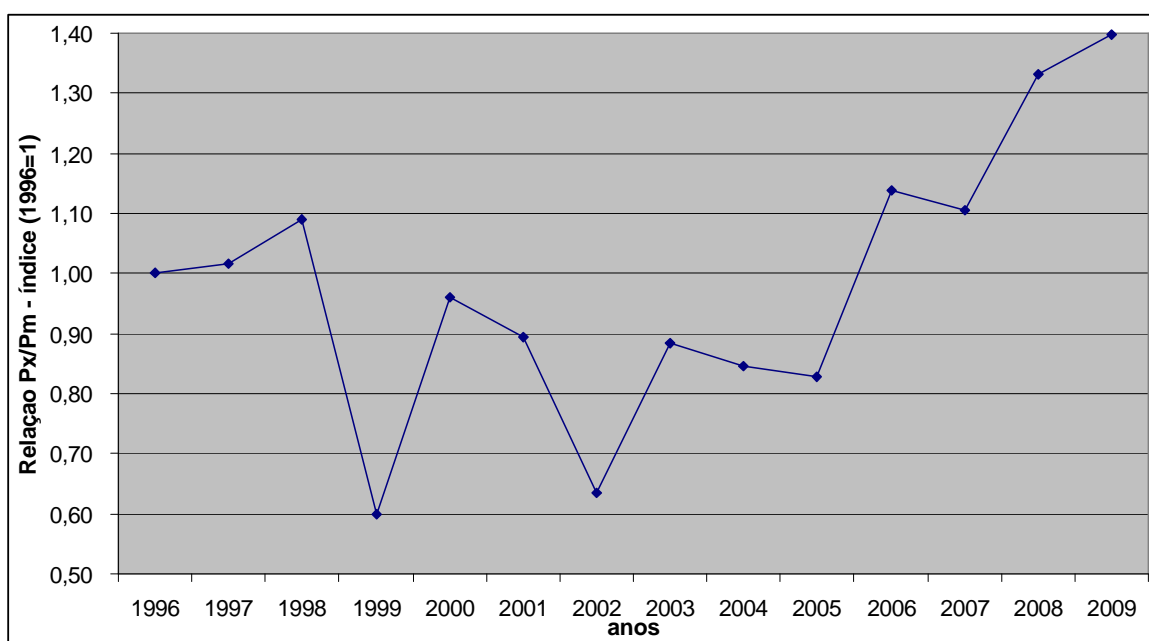
Fonte: Secretária do Comércio Exterior (Secex, 2010)

Vale salientar que esse trabalho não pretende fazer uma proxy da análise de Prebisch, pois apresenta inúmeras diferenças quanto à forma de análise, na comparação com o autor argentino. O principal objetivo desse texto, na verdade, é uma avaliação do comércio bilateral entre Brasil e os Estados Unidos, através de uma abordagem Cepalina. Uma das diferenças é que Prebisch utilizou-se de uma série muito mais extensa — 65 anos —, enquanto esse trabalho analisou apenas 13 anos.

No último gráfico, será observada a razão entre a média simples dos preços dos produtos agrícolas. Foi considerada a evolução dos preços dos produtos exportados contra a média simples dos preços dos produtos industrializados. Nesse caso, considera-se a evolução dos preços dos produtos importados. Utiliza-se os Estados Unidos como país central, e o Brasil como o país periférico. A análise foi feita com a relação  $P_x/P_m$  (produtos exportados por produtos importados), e o ano de 1996 como número 1, para, dessa forma, se analisar o comportamento do resultado. Diante desses dados, procura-se

fazer uma análise de como se comportou a relação entre os preços dos produtos exportados e os importados. Nesse contexto, será analisada a deterioração dos termos de troca entre os produtos industrializados e os agrícolas.

Gráfico 3.9: Evolução da relação Px/Pm da média simples dos preços dos vinte principais produtos do comércio bilateral entre o Brasil e os Estados Unidos entre 1996 a 2009



Fonte: Secretária do Comércio Exterior (Secex, 2010)

O gráfico começou apontando um aumento na relação entre os preços dos produtos exportados em comparação com os importados, com a relação chegando a quase 10%, entre 1996 e 1998. Em 1999, no entanto, a relação sofre uma forte perda, atingindo 0,60, e continua até o ano de 2005 abaixo do valor de 1,00, o que evidencia uma queda no poder de compra das exportações, já que uma cesta de produtos exportados comprava, na época, menos que uma cesta de produtos importados. O ano-chave dessa mudança foi 2006, quando a relação atingiu 1,14, sofrendo nova retração em 2007, mas permanecendo acima de 1,00. O período terminou, em 2009, com a relação atingindo 1,40. Mostrou-se, assim, que os preços dos produtos exportados pelo Brasil para os Estados Unidos obtiveram um ganho de valor, pois a média dos vinte principais produtos exportados pelo Brasil para os

Estados Unidos estava comprando 1,4 vezes a média dos vinte principais produtos exportados dos Estados Unidos para o Brasil.

Esse trabalho obteve um número diferente do obtido por Prebisch em sua análise. Isso demonstra o quão importante foi sua teoria para as políticas econômicas brasileira durante a metade do século passado. Nos dias atuais, têm-se produtos como aviões a jato entre os principais itens exportados pelo Brasil. Muito disso se deve à política de substituição de importações, que além de expandir a indústria nacional de bens de consumo duráveis, também trouxe pesados investimentos em empresas que atualmente têm uma grande participação no mercado internacional, como por exemplo, a Embraer, no setor de aviões.



## CONCLUSÃO

O principal objetivo do trabalho foi a caracterização do comércio bilateral entre o Brasil e os Estados Unidos durante os anos de 1996 a 2009, utilizando para a análise uma hipótese Cepalina.

Em relação às importações brasileiras durante os anos 70 e 80, observou-se uma grande concentração das mesmas no item petróleo. O preço desse produto registrou leve oscilação na primeira metade da análise. Porém, quase dobrou durante a segunda crise do petróleo. Além disso, notou-se uma redução do valor das importações durante o período, devido às propostas contidas dentro do II PND e, depois, à recessão econômica que atingiu o país. Observou-se também as razões para o Plano Cruzado não obter sucesso no longo prazo, e também o comportamento as importações brasileiras durante o período de vigência das medidas econômicas. Durante o começo da década de 1990, logo após a abertura comercial ocorrida no Brasil, verificou-se um grande aumento de bens de capital em relação ao total de importações. Outro setor que ganhou destaque nesse período foi a indústria petroquímica. A partir de 1996, analisou-se a evolução dos preços unitários dos principais produtos da pauta da importação brasileira com os Estados Unidos. Observou-se, nesse período, que uma grande quantidade de produtos pertenciam à indústria química, como remédios e reagentes de laboratórios.

As exportações brasileiras apresentaram comportamento diferente durante os anos 70 e 80. Apesar do crescimento sólido da indústria brasileira no período, as exportações, antes de 1970, eram focadas em produtos agropecuários, começando a aparecer uma pequena participação das empresas estatais, com produtos como minério de ferro, por exemplo. A partir da década de 70, aumentou a participação da indústria nas exportações de produtos, mas basicamente focada em indústrias de base. Os produtos agrícolas continuavam com um peso interessante na pauta. A década de 80, porém, reflete uma forte queda da participação brasileira no mercado internacional, com perda de dinamismo do setor industrial. A política de alta inflação ajudou para essa perda de produtividade, deixando as empresas mais focadas em políticas de ajuste a novas elevações nos preços. O começo dos anos 90 trouxe as políticas neoliberais ao Brasil, com forte abertura do mercado nacional

aos produtos externos e a desnacionalização da propriedade, através de privatizações. Nesse período, houve uma mudança do padrão das exportações brasileiras, direcionadas geralmente para mercados mais pobres ou países em desenvolvimento. A partir de 1996, observou-se a evolução dos preços unitários dos principais produtos exportados pelo Brasil aos Estados Unidos, analisou-se ainda uma forte dependência das exportações brasileiras com produtos agrícolas. Outra cesta de artigos que tem uma participação importante nas exportações brasileiras nesse período foi a dos produtos naturais, como, por exemplo, o ouro. Apesar disso, houve produtos industriais importantes na lista, como os aviões a jato, resultado de fortes investimentos do governo nessa indústria.

Uma vez aplicado o instrumento de coleta de dados e fazendo-se uma análise dos mesmos, obteve-se resultados que permitiram concluir que a cesta de produtos exportados pelo Brasil para os Estados Unidos teve ganho em relação à cesta de produtos importados pelos Estados Unidos do Brasil na série histórica. Durante o período pesquisado, foi observada uma forte oscilação nos valores, não ocorrendo, assim como Prebisch observou, de uma deterioração dos termos de troca. A série fechou, em 2009, com uma cesta de produtos exportados comprando 1,4 cesta de produtos importados pelo país periférico pelo país central.

Portanto, a análise da evolução do padrão de comércio exterior com os Estados Unidos, nesse período e nas décadas anteriores, mostrou que o Brasil não manteve produtos com alto grau tecnológico na pauta de exportações, com exceção de aviões a jato, mantendo-se especializado em produtos primários e de indústrias extrativistas. Dessa forma, a especialização da pauta das exportações brasileiras em commodities dá o tom do desafio do país no que tange à ampliação da sua participação de produtos com maior especialização aos Estados Unidos, ou ao menos, para competir com mais desenvoltura. O Brasil, ao contrário, cada vez mais se consolida como um exportador eficiente de produtos naturais e commodities.

## ANEXO ESTATÍSTICO

Quadro nº 3: Evolução dos preços unitários dos vinte principais produtos das importações brasileiras com os Estados Unidos entre 1996 a 2009

Produtos	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
84119100 - PARTES DE TURBORREACTORES OU DE TURBOPROPULSORES	1.736,15	1.832,72	1.063,96	916,38	1.111,38	1.926,15	1.807,57	1.590,47	3.563,75	4.061,45	3.384,10	4.064,55	4.774,20	5.218,48
27011200 - HULHA BETUMINOSA, NÃO AGLOMERADA	0,05	0,05	0,05	0,04	0,04	0,06	0,06	0,06	0,09	0,08	0,12	0,11	0,14	0,15
84111200 - TURBORREACTORES DE EMPUJO > 25KN	1.043,85	1.197,82	2.024,09	2.065,05	2.006,05	2.069,42	2.037,74	1.979,24	1.788,24	1.482,75	1.503,10	1.624,26	1.451,02	1.049,65
88033000 - OUTRAS PARTES, PAVIOS OU HELICOPTEROS	264,26	212,84	349,95	458,39	401,67	437,41	465,13	521,21	508,00	566,19	524,70	395,01	589,32	487,02
27011800 - OUTRAS HULHAS, MESMO EM FOLHAS, NÃO AGLOMERADAS	0,05	0,06	0,07	0,05	0,04	0,04	0,06	0,05	0,07	0,10	0,11	0,10	0,16	0,15
28151200 - HIDRÓXIDO DE SÓDIO EM SOLUÇÃO (LIXÍV. SODA CAUSTICA)	0,18	0,07	0,10	0,07	0,07	0,14	0,06	0,08	0,07	0,14	0,15	0,12	0,17	0,16
31054000 - DIÓXIDO ORTOFOSFATO DE AMÔNIO, INCL. NIST, HÍDRÓGENIO, ETC	0,24	0,22	0,22	0,19	0,16	0,15	0,16	0,19	0,22	0,24	0,26	0,40	0,98	0,34
30049010 - MEDICAMENTO CONTENDO OUTRAS ENZIMAS, EM DOSES	450,39	381,93	241,79	3.745,44	1.357,63	1.183,07	4.096,59	2.063,76	1.706,70	2.580,34	2.410,24	2.738,66	2.472,60	2.592,76
47022100 - PASTA QUIMILÁBERA DE CONIFERA, A SODA, SULFAT, SEM BRANCO	0,57	0,46	0,49	0,47	0,65	0,56	0,48	0,49	0,55	0,60	0,58	0,70	0,77	0,63
29025000 - ESTRENO	0,56	0,61	0,42	0,44	0,73	0,58	0,55	0,65	0,94	1,15	1,22	1,25	1,43	0,92
27131200 - COQUE DE PETRÓLEO CALCINADO	0,25	0,25	0,19	0,17	0,17	0,17	0,16	0,16	0,18	0,22	0,24	0,27	0,39	0,34
86021000 - LOCOMOTIVAS DIESEL-ELETRICAS	12,99	12,02	11,34	11,09	10,62	7,74	6,42	3,98	2,40	6,47	5,22	3,58	10,48	7,01
91032890 - OUTS INSTRUMENTOS E APAR. AUTOMAT. P. REGULAÇÃO/CONTROLE	88,36	175,05	134,76	182,44	208,63	200,53	386,82	1.096,91	976,60	1.419,59	1.200,24	1.194,16	1.371,79	1.412,99
38220900 - OUTS. REAGENTES DE DIAGNÓSTICO OU DE LABORATÓRIO	45,59	32,90	36,70	31,15	26,57	18,55	22,23	21,67	44,69	47,29	70,22	60,17	61,86	58,32
38072030 - OUTROS POLIETÉREOS, EM FORMAS PRIMÁRIAS	1,18	1,31	1,23	1,11	1,08	1,15	1,00	1,09	1,21	1,59	1,95	1,99	2,14	1,70
84798999 - OUTRAS MÁQUINAS E APARELHOS MECÂNICOS C/ FUNÇÃO PRÓPRIA	29,94	28,43	30,36	38,40	35,76	40,87	35,73	24,52	21,31	12,73	12,07	20,81	21,38	33,50
84733040 - OUTS. CIRCUITOS IMPRESSOS P/ MÁQUINAS AUTOMAT. PROGRAMADAS	50,54	214,85	234,91	322,61	255,26	224,58	299,09	431,13	532,60	473,22	776,82	730,67	814,50	633,56
87089990 - OUTRAS PARTES E ACESSÓRIOS DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS	5,69	5,13	5,27	5,82	5,77	7,17	7,10	7,52	8,08	7,97	8,10	7,90	7,45	9,15
85239010 - OUTRAS PARTES P/ APARELHOS TRANSMISSORES/RECEPTORES	196,17	153,97	124,05	144,81	114,65	112,89	128,37	97,48	82,80	76,41	94,47	196,17	106,82	152,28
85401100 - TUBOS CATÓDICOS/RECEPT. DE TELEVISÃO EM CORES, ETC.	5,91	5,89	5,76	4,78	4,47	4,13	3,49	3,26	3,62	3,28	3,08	5,15	2,75	2,39

Quadro nº 4: Evolução dos preços unitários dos vinte principais produtos das exportações brasileiras com os Estados Unidos entre 1996 a 2009

Produtos	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
72011000 - FERRO FUNDIDO BRUTO IAO LIGADO,C.PESO<=0,5% DE FOSFORO	0,15	0,15	0,14	0,10	0,12	0,10	0,11	0,13	0,19	0,26	0,26	0,32	0,51	0,39
72071200 - OUTROS PROD.SEMINUF.FERROACO,C<0,25%,SEC.TRANSVARET	0,23	0,25	0,22	0,17	0,22	0,17	0,18	0,22	0,34	0,39	0,39	0,45	0,60	0,38
44071000 - MADEIRA DE CONIFERAS,SERRADA/CORTADA EM FLS.ETC.E SP>8MMI	0,54	0,54	0,48	0,46	0,38	0,39	0,36	0,34	0,42	0,43	0,46	0,43	0,44	0,41
68029390 - OUTROS GRANITOS TRABALHADOS DE OUTRO MODO E SUAS OBRAS	0,90	1,06	0,61	0,91	0,80	0,74	0,69	0,64	0,64	0,72	0,78	0,94	0,87	0,81
27101159 - OUTRAS GASOLINAS	0,17	0,18	0,12	0,17	0,28	0,23	0,24	0,27	0,37	0,53	0,63	0,59	0,80	0,51
71081310 - OURO EM BARRAS,FIOS,PERFIS DE SEC.MACICA,BULHAO DOURADO	6.970,11	7.289,91	7.843,69	8.125,38	8.945,00	9.068,03	9.896,21	11.648,76	13.114,50	15.165,61	20.136,18	21.880,00	28.535,88	29.922,92
08011110 - CAFE IAO TORRADO,IAO DESCAFEINADO EM GRAO	1,98	3,17	2,15	3,15	1,58	0,88	0,70	0,88	1,24	1,82	1,91	2,19	2,58	2,24
16025000 - PREPARACOS ALIMENTICIAS E CONSERVAS DE BOVINOS	2,73	2,88	3,07	2,34	2,15	2,29	2,56	2,99	3,56	3,99	4,35	4,57	5,47	5,17
20081100 - SUCOS DE LARANJAS,CONGELADOS,IAO FERMENTADOS	1,19	0,88	1,09	0,96	0,81	0,66	0,83	0,83	0,74	0,85	1,23	1,63	1,42	1,17
24012030 - FUMO MINUF.TOTAL PARC.DESTAL.FLS.SECAS,ETC.VIRGINIA	4,88	4,20	3,89	3,37	2,85	3,14	2,83	3,03	3,06	3,37	4,16	4,19	5,33	6,00
08013200 - CASTANHA DE CAJU,FRESCA OU SECA,SEM CASCA	4,76	4,47	4,64	6,03	5,02	3,91	3,64	3,65	5,97	4,64	4,39	4,41	5,73	5,00
88023039 - OUTS.ANDES A TURBOJATO,ETC.7000KG<PESO<=15000KG,VAZIOS<=40	764,89	1.198,34	1.361,44	1.342,14	1.414,63	1.432,66	1.443,56	1.413,12	1.637,62	1.750,48	1.903,91	1.752,59	1.901,53	1.983,86
88024090 - OUTROS AVIOES/VEICULOS AEREOS,PESO>15000KG,VAZIOS	204,30	201,98	190,26	131,07	405,63	775,07	607,94	982,65	1.082,59	1.106,48	1.039,37	1.134,29	1.159,03	1.109,66
47032900 - PASTA QUIM.MADERA DE INCONF.A SODA/SULFATO,SEMIBRANQ	0,48	0,42	0,41	0,40	0,51	0,39	0,33	0,39	0,34	0,34	0,37	0,44	0,53	0,37
84143014 - MOTOCOMPRESSOR HERMETICO,CAPACIDADE<=4700 FRIGORIAS/HORA	3,70	3,68	3,55	3,15	2,92	2,61	2,49	2,37	2,25	2,72	2,75	3,15	3,81	4,21
87089990 - OUTRAS PARTES E ACESS.PTRATORES E VEICULOS AUTOMOVEIS	3,60	3,42	3,38	3,24	3,12	2,55	2,45	2,78	3,06	3,64	4,38	4,62	5,08	6,36
84089912 - BLOCOS DE CILINDROS,CABECOTES,ETC.PIMOTORES DIESEL/SEMI	1,49	1,28	1,31	1,41	1,22	1,18	1,10	0,96	1,06	1,12	1,42	1,52	1,76	1,86
87083900 - OUTROS FREIOS E SUAS PARTES,PTRATORES/VEIC.AUTOMOVEIS	4,44	3,81	2,78	2,41	2,30	1,99	1,83	2,04	2,44	2,66	2,92	2,35	2,41	2,56
40111000 - PNEUS NOVOS PARA AUTOMOVEIS DE PASSAGEIROS	2,59	2,56	2,61	2,43	2,24	2,19	2,21	2,22	2,40	2,67	2,78	3,47	4,11	4,00
64039900 - OUTROS CALCADOS DE COURO NATURAL	19,34	17,89	16,60	14,49	14,83	15,32	14,61	15,34	17,81	20,44	22,72	23,49	17,71	30,75

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Neimeyer Filho (2003). *O Desenvolvimento da América Latina na perspectiva da Cepal dos anos 90: Correção de rumos ou mudança de Percepção?*

BACHA, Edmar Lisboa (2002). *Reflexões Pós-Cepalinas Sobre Inflação e Crise Externa*.

BAER, Werner. *A economia brasileira* – São Paulo: Editora Nobel, 2002.

BIANCHI, A. M. & SALVIANO JR., C. *Prebisch, a Cepal e seu discurso: um exercício da análise retórica*. In: REGO, J.M. (org.). *Retórica na economia*. São Paulo: Editora 34, 1996. cap. 8, p 163-79

BIELSCHOWSKY, Ricardo. (org). *Cinquenta Anos de Pensamento na Cepal – uma resenha*. Rio de Janeiro: Editora Record (2000).

BRAGA, Marcio Bobik (2002). *Integração Econômica Regional na América Latina: uma interpretação das contribuições da Cepal*.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel (1982). *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense

CARNEIRO, Ricardo. *Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX*. – São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CERQUEIRA, Bráulio Santiago (2001). *Considerações Acerca dos Argumentos Analíticos em Prol do Protecionismo Periférico em Prebisch*.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA (CEPAL) - (2000). *Transformación de la inserción con equidad*. Santiago, Chile

FURTADO, Celso. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. Coleção “os Economistas”. Ed. Abril Cultura. São Paulo. 1983.

GONÇALVES, Reinaldo. *Economia Política internacional: fundamentos teóricos e as relações internacionais do Brasil* – Rio de Janeiro: Editora Elseiver, 2005

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA) - (1993). *Uma Análise Desagregada do Comércio Exterior Brasileiro no Período 1974/92*.

LESSA, Antonio Carlos (1998). *Relações Brasil – América Latina durante o governo Geisel: discussão sobre o projeto hegemônico brasileiro (1974-1979)*. Porto Alegre.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (MDIC) – (2010). Disponível em <http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br/>

OCAMPO, José Antonio (2001). *Raúl Prebisch y la Agenda del Desarrollo em los Albores Del Siglo XXI*.

PREBISCH, Raúl. *O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas*. Revista brasileira de economia. Rio de Janeiro: FGV, ano 3, nº 3, set. 1949.

PREBISCH, Raúl (1950). *Crecimiento, desequilibrio y disparidades: interpretación del proceso de desarrollo económico*". In: GURRIERI, Adolfo. *La obra de Prebisch en la Cepal*. México: Fondo de Cultura Económica, 1982. cap. 2, p. 156-245

PREBISCH, Raúl. (1951). *Problemas teóricos y prácticos del crecimiento económico*. In: GURRIERI, Adolfo. *La obra de Prebisch en la Cepal*. México: Fondo de Cultura Económica, 1982. cap. 4, pág. 298-393.

RICARDO, David. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Abril Cultural, 1982

SOUZA, Nali de Jesus de. *Desenvolvimento econômico* – São Paulo: Atlas, 2003.

TAVARES, Maria Conceição. *O Subdesenvolvimento da Periferia Latino-Americana: o caso do Brasil no começo do Séc. XXI*. Rio de Janeiro, agosto 2001.

VEIGA, Pedro da Motta. *Exportações brasileiras – Desempenho e especialização internacional e mudança estrutural* – Rio de Janeiro: Fundação Centro de Estudos do Comércio exterior, 1991.